



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO**

Reunião	
Data	Local
25/06/2020	Plataforma digital de videoconferência

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 10h03min, **Arnaldo Goldemberg**, Defensor Público e Assessor Especial do Governo do estado do Rio de Janeiro, declarou aberta a Audiência Pública e chamou para compor a mesa diretora virtual os Excelentíssimos: **Marcelo Lopes da Silva**, Procurador do Estado e **Secretário de Estado titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais**; **Marcelo Silva Moreira Marques**; Procurador-Geral do Município do Rio de Janeiro; **Guilherme**, Chefe de Departamento do BNDES; **Fernando Vernalha Guimarães**, fundador do escritório de advocacia **Vernalha Guimarães e Pereira Advogados**; **Gustavo Silva Prado**, Líder Técnico-Operacional de Saneamento e Recursos Hídricos da empresa **CONCREMAT**; **Edson Carlos**, Presidente-Executivo do Instituto **Trata Brasil**. **Arnaldo Goldemberg** cumprimenta a todos. A presente Audiência Pública e a Consulta Pública em curso dizem respeito à proposta de universalização dos serviços públicos para a concessão da prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário dos serviços complementares de municípios do estado do Rio de Janeiro, em cada um dos blocos que compõem a área da concessão, conforme especificações e requisitos estabelecidos no Edital e nos respectivos anexos. Tudo com fundamento no artigo 175 da Constituição da República; nas leis federais nº 8.666/1993, 8.987/1995, 9.074/1995, 11.107/2005, 11.445/2007, no Decreto Federal 7.217/2010; nas leis estaduais 4.556/2005 e 6.398/2013 e em outras normas aplicáveis. O objeto alcança os planos municipais de saneamento básico e o Plano de Saneamento da Região Metropolitana para os fins previstos na Lei 11.445/2007 e na forma da Lei Complementar nº 184 de 2018. Trata-se, verdadeiramente, da universalização do saneamento, enfatizando a natureza técnica-empresarial deste processo e desta operação estruturada destinada a agregar valor à CEDAE e garantir a sua sustentabilidade com o primordial objetivo de promover melhorias e benefícios para voltados para os consumidores, o Meio Ambiente e população alcançada. As funções estatais são relevantes e, nos termos do artigo 175, § único e seus incisos da Constituição Federal, a concessão de serviço público se dá em condições reguladas, ou seja, o controle normativo-regulatório da licitação na modalidade concorrência internacional com o fim de selecionar a proposta mais vantajosa para a concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão dividida em blocos de municípios. A manifestação dos interessados na presente audiência está inserida no contexto de abertura da Consulta Pública do estado do Rio de Janeiro, conforme publicado no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro de 8 de Junho de 2020 parte 1, Poder Executivo, com o fim de tornar pública a proposta de concessão, com início em 29 de junho de 2020 e término marcado para 7 de agosto de 2020, disponibilizar a íntegra de documentos apresentados pelo BNDES, bem como para essa audiência de internet <http://www.rj.gov.br/consultapublica>, permitindo encaminhamento de comentários no endereço eletrônico divulgado edital de convocação. Dúvidas, manifestações, sugestões e outras questões relacionadas ao objeto do certame poderão ser feitas no momento oportuno desta audiência observando a inscrição para o uso da palavra. As oportunidades para perguntas, manifestações, sugestões ao projeto, serão concedidas por meio da ferramenta “levantar a mão”, ou seja, o respectivo botão constante do painel inferior do ambiente eletrônico. As solicitações serão atendidas de acordo com o limite disponível de tempo para a audiência,



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



com até 5 minutos para uso da palavra, seguindo, rigorosamente, a ordem de inscrição. Recomenda-se, preferencialmente, o uso de fone de ouvido e microfone. Deve ser observada a pertinência temática nas perguntas e o interessado só poderá fazer uso da palavra se habilitar o seu vídeo e realizar a sua identificação. Caso não habilite o vídeo, a sua manifestação não será admitida na audiência pública e deverá ser encaminhada por escrito para o sítio de internet da consulta. A solicitação de uso da palavra pressupõe a concordância para divulgação do uso da imagem, assim como a sua publicação no sítio de internet da Consulta Pública. Ao iniciar sua pergunta ou manifestação, o participante deve indicar: o nome completo, o cargo e a função e a instituição a que pertence, além do tema específico da pergunta ou manifestação. Caso a exposição seja na lógica de perguntas e respostas, será direcionada a um ou mais expositores técnicos presentes na Audiência Pública. O sistema de videoconferência manterá o microfone de todos os participantes desativados, de modo a permitir a realização da Audiência Pública e evitar que manifestações sobrepostas, de modo que a abertura somente será disponibilizada ao participante no momento que lhe for concedido o uso da palavra. As manifestações e as perguntas não devem ter conteúdo ofensivo, pois o uso indevido da palavra será cortado. A presente Audiência Pública terá duração adequada às exposições, manifestações e perguntas, com limite até às 18:00 horas deste dia, portanto, o tempo define o limite de manifestações. Caso não haja tempo suficiente para atender a todos os inscritos para o uso da palavra, o interessado poderá retornar com pedido nas audiências de 6 de julho de 2020 e de 4 de agosto de 2020 ou poderá ser feita a opção de manifestação escrita no sítio de internet da Consulta Pública. Solicita-se que as perguntas, manifestações e sugestões observem os temas ainda não tratados e que o participante dê preferência a temas que não tenham sido respondidos anteriormente. Perguntas já respondidas serão consideradas já atendidas e as contribuições que não versarem sobre matéria específica objeto desta Audiência serão consideradas prejudicadas e serão desconsideradas. Com esse preâmbulo, passo a palavra aos expositores para apresentação sobre os temas da concessão, do modelo de governança do projeto, do edital, do contrato de concessão e outros que entendam necessários. Conforme já ajustado, passo a palavra ao excelentíssimo senhor Edson Barros, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil. **Edson Barros.** Bom dia a todos, ao doutor Arnaldo. Gostaria de agradecer pelo convite feito ao Instituto Trata Brasil às autoridades do estado, ao município do Rio de Janeiro, ao BNDES e a todos que estão presentes. Bom dia a todos que estão nos vendo. O saneamento básico no Brasil vive um novo momento, pois, ontem à noite, o Senado Federal aprovou, sem emendas, o Projeto do Novo Marco Legal do saneamento, uma nova redação para a Lei 11.445/07 que vinha regendo o saneamento desde 2007. Por manifestação de várias entidades, empresas operadoras e do terceiro setor, o governo do Presidente Temer decidiu fazer uma nova redação para a lei que contemplasse pontos que não tivessem sido tratados na Lei 11.445/07 e que talvez estivessem travando o avanço maior do saneamento básico. Trata Brasil é uma organização da sociedade civil de interesse público e está representando, aqui, a sociedade. Ele vem desde 2007 acompanhando os números do saneamento, fazendo levantamentos e estudos, sempre com bases científicas e com números oficiais dos municípios, dos estados e da União. Portanto, tudo o que direi em termos de números é dado público que pode ser encontrado na internet, nos sites ligados aos entes federativos. Desde 2009, o Trata Brasil faz um ranking das 100 maiores cidades brasileiras no que se refere aos serviços de água e de esgotamento sanitário de modo que, desde o primeiro ranking, nos chamou muito a atenção o estado de degradação do esgotamento sanitário no estado do Rio de Janeiro: das 10 piores cidades, quatro eram do estado do Rio de Janeiro. Isso não é surpresa para quem é do Rio de Janeiro e já conhecia um pouco a situação, mas nos surpreendeu ver que cidades muito grandes, principalmente da Baixada Fluminense, apresentavam índices de saneamento muito baixos. Isso ajudava a gente a compreender um pouco o estado de poluição que a gente vê em alguns ícones turísticos, como



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO**



da Baía de Guanabara e das Lagoas da Barra e de Jacarepaguá. Então, essa situação não é nova, porque há muitos anos acompanhamos e denunciemos a situação de lançamento indiscriminado de esgotos nos cursos d'água do estado do Rio de Janeiro. Para vocês terem uma ideia, fiz um levantamento que aponta que estado do Rio de Janeiro - do Século 21, ano de 2020 - tem 31% de esgoto tratado. Esse índice equivale a Estados do Nordeste com muito menos investimento. Desse modo, sempre nos chamou atenção também o baixo nível de coleta e tratamento de esgoto em comparação com o avanço dos indicadores de água tratada. Nesse cenário, enquanto os indicadores de água tratada subiam - relativamente pouco, mas subiram -, os indicadores de coleta e tratamento de esgoto permaneciam integrais. Aqui, há alguns números para exemplificar e explicar a situação atual. Belford Roxo, em 2011, tratava 9% dos esgotos, em 2018, 5.5%, ou seja, reduziu o tratamento de esgoto. Duque de Caxias tratava 3.7% do esgoto, passou a 8% em 2018, 8 anos depois Caxias trata 8%. Nova Iguaçu trata 1,5% do esgoto; São Gonçalo, 10% do esgoto; São João de Meriti tratava 0% em 2011 e continua 0% em 2018. A cidade do Rio de Janeiro, segundo números oficiais do Ministério do Desenvolvimento Regional, tratava 50% em 2011 e 43% em 2018, ou seja, diminuiu o tratamento de esgoto no município do Rio de Janeiro. Esses números são números oficiais, não são números do Trata Brasil, então é só olhar no site do Ministério do Desenvolvimento Regional que vocês encontrarão esses números. Em outras palavras, em 8 anos, não avançamos praticamente nada no tratamento do esgoto das maiores cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Por outro lado, há municípios que se destacam, como o de Niterói, que está com um volume bem acentuado e muito próximo da universalização; o de Campos dos Goytacazes, que aumentou para 60% o tratamento de esgoto, e o de Petrópolis, que também está chegando à universalização. Essas três cidades foram as que avançaram em comparação as cidades aqui do estado do Rio de Janeiro e as cidades do interior, principalmente da Baixada Fluminense que conta com menos de 10% de esgoto tratado. Se retrocedermos oito anos, podemos dizer que, em dez anos, não avançamos praticamente nada no tratamento do esgoto das grandes cidades do Rio de Janeiro. Qual seria o próximo passo, continuarmos assim? As perdas de faturamento com a água tratada no Rio de Janeiro nessas grandes cidades são de mais de 50%, ou seja, de cada 100 litros de água potável produzido pela companhia, 50 litros ela não consegue cobrar porque se perderam em vazamentos, a água foi furtada ou houve foram erros de medição. Então, digo para todos que estão nos vendo que isso não é um problema de agora. A contaminação e o lançamento indiscriminado de esgoto chegaram ao ponto de contaminar a água captada no Sistema Guandu e gerar toda a crise que nós vimos no começo do ano. Em outros termos, a confluência de rios altamente poluídos no ponto de captação da estação de tratamento de água fez com que fosse quase impossível transformar aquele caldo de esgoto em água potável para poder enviar a mais seis milhões de cariocas. A poluição indiscriminada das lagoas, das baías, dos mangues não é apenas um risco ao sistema ambiental, mas também um problema de saúde pública. Essas comunidades situadas ao lado desses esgotos sofrem mais e são mais vulneráveis, especialmente no momento de pandemia como nós estamos vivendo. Portanto, além da contaminação ambiental que prejudica os animais, as plantas, prejudica o ser humano, porque é um vetor terrível de transmissão de doenças, como diarreia, verminoses, parasitoses e leptospirose, além de outras doenças que vão se somando a esse quadro caótico de saneamento que temos em todo o Brasil, cenário em que o Rio de Janeiro é um ícone. O Trata Brasil fez um estudo na época da copa do mundo no qual foi os pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas foram questionados sobre quanto que o estado do Rio de Janeiro perdia por não ter feito a universalização do saneamento e o resultado foi que se o estado do Rio tivesse universalizado o saneamento, já descontado todo custo necessário para universalização, os ganhos seriam de R\$ 3.9 bilhões por ano no estado do Rio de Janeiro em redução de custo com a Rede Saúde, aumento do Turismo, valorização imobiliária. Então, o estado do Rio de Janeiro tem um potencial



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



gigantesco de crescimento sustentável, ambiental, econômico e social, se investir seriamente em saneamento básico, principalmente coleta e tratamento de esgoto. Recentemente, o Trata Brasil apoiou o lanamento do projeto “Movimento SanitaRio” da sociedade civil do Rio de Janeiro, formado por personalidades especialistas com a vontade de ampliar o saneamento do município do Rio de Janeiro, na esperana de que a iniciativa contaminasse positivamente o estado do Rio de Janeiro. Felizmente, isso se complementa com o projeto que o BNDES lana ao mercado, com a possibilidade de ampliaa das parcerias entre empresas públicas e empresas privadas na tentativa de trazer mais modernidade, competia, tecnologia para o sistema de saneamento básico do Rio de Janeiro. Para o cidadão, tanto faz que empresa presta o servio, o que nós queremos é que o servio seja prestado com eficiência e que o valor da tarifa seja justo para que tenhamos água 24 horas por dia na torneira, ou seja nossa esgoto coletado e tratado,   só isso que o cidadão do Rio de Janeiro quer. Infelizmente, o sistema atual não conseguiu, em décadas, levar essa mínima dignidade ao cidadão do estado do Rio de Janeiro. Portanto, trata-se de uma oportunidade única para o cidadão ver o papel do Estado e esperamos que as empresas que entrem sejam muito bem fiscalizadas, independentemente de serem públicas ou privadas. A regulaa rigorosa é fundamental, porque não é por ser empresa privada que tem que ter liberdade de fazer o que quer, e assim como a empresa pública também não. O cidadão precisa acompanhar as autoridades para que, realmente, aquilo que foi prometido seja cumprido, pois todos estamos cansados de promessas e está na hora de mudar o Brasil. O marco regulatório de ontem foi uma sinalizaa de que o Brasil vai mudar, estamos muito felizes de o Rio de Janeiro estar acompanhando esse novo momento do país. Em nome do Trata Brasil e da sociedade, quero agradecer a oportunidade e me colocar   disposia até o horário de almoo. Peo já desculpas, após o almoo infelizmente não poderei ficar   disposia para responder a todas as perguntas. Muito obrigado a todos que estão nos vendo e ao novo momento no Rio de Janeiro. Estamos felizes em viver esse novo momento, muito obrigado.

Arnaldo Goldemberg. Nesse momento, gostaria de registrar a presena do doutor Bernardo Santoro, Presidente Instituto Rio Metr pole, acompanhado das doutoras Nathalie Carvalho e Patrícia Rodrigues, Procuradoras do Estado junto ao Instituto Rio Metr pole. Estamos recebendo informaes de alguns participantes da nossa audiência pública que não estão conseguindo fazer a configuraa do ambiente em português. A configuraa do ambiente foi toda preparada para o português, mas, eventualmente, algum ambiente local pode estar em inglês, de modo que indicarei um e-mail pelo qual será possível receber a orientaa de como formar o seu ambiente em português para que não haja qualquer d vida de acessar na nossa língua. Dando andamento as exposies técnicas, passo a palavra ao Marcelo da Silva. **Marcelo da Silva.** Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Edson, Gustavo, Fernando, Guilherme, meu amigo e Procurador-Geral do Município Marcelo Marques e todos os demais aqui presentes. Esse projeto como o apresentado pelo Edison é um projeto que encanta a quem o conhece e que, definitivamente, será uma mudana radical no tratamento de saneamento no estado do Rio de Janeiro. Será, inclusive, um piloto para os demais estados que já terão as experiências de outros estados. Uma vez que está sendo conduzido no estado do Rio de Janeiro, será de grande valia esse aprendizado. Nós, inclusive, estamos aqui em uma postura consensual máxima, pois estamos tendo conversas com o Ministério Público, com a agência reguladora, com o Tribunal de Contas, o Poder Judiciário e os municípios do Rio de Janeiro. Todos os municípios envolvidos são importantes nesse processo, mas, há um protagonismo inevitável do estado e do município do Rio de Janeiro. Além disso, o Novo Marco permite vislumbrarmos um cenário muito promissor, pois os benefícios demonstrados contemplam, claramente, a saúde, o turismo, a infraestrutura, o Poder Público e a sociedade. Não é um projeto em que só uma das partes se beneficia, senão um no qual todos se beneficiam. Trata-se de uma conquista histórica, então acho que temos que nos dedicar a conduzi-lo de forma clara. Esclarecer a todas as pessoas que tenham desejo de conhecer



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



deixando bem claras as informações necessárias, porque são muitos os benefícios. O nosso atraso nessa área é impressionante, municípios de grande porte tem um tratamento de esgoto ínfimo. É algo que nos impressiona um município do porte de São João de Meriti, como o Edson colocou, ter um tratamento de zero ou próximo a zero. É algo inimaginável que aconteceu na Estação do Guandu no começo desse ano que foi um exemplo do descaso de anos e anos com esse setor. Quando eu estava como Procurador-Geral, dediquei-me muito ao projeto, e, agora, como Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais também estou extremamente envolvido e querendo que tudo possa ser ajustado para que o projeto vá adiante. Queria agradecer pelo trabalho ao escritório contratado do doutor Fernando, ao Gustavo representante da Concremat e dizer que o debate tem sido muito enriquecedor e que os ajustes desse projeto que ainda estão sendo feitos são amostras do desejo de que ele se realize de forma adequada. Tivemos uma reunião muito boa com Ministério Público e anotamos todas as sugestões. Nós estamos debatendo, o Estado tem todo o interesse, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico todo interesse. Todos os órgãos se encantam quando conhecem o projeto. Então, acho que não há quem possa justificar de forma razoável ser contra o projeto. Eu queria deixar aqui registradas essas palavras. Os benefícios são enormes, quem tiver o desejo de conhecer, terá a oportunidade, porque nós estamos ampliando as informações, tornando-as, cada vez mais, públicas. No prazo de consulta, nós acrescentamos mais uma audiência pública, em princípio, de forma virtual justamente para preservar as pessoas nesse momento de pandemia que o Brasil enfrenta que é um cenário não muito confortável para fazermos uma audiência presencial. Mas, de qualquer forma, uma terceira audiência pública foi acordada, assim como houve uma extensão do prazo de consulta pública para que as pessoas interessadas, tanto os investidores, quanto os órgãos de controle e o próprio público tenham espaço para obter as informações e conhecer o projeto. Com essa fala, finalizo o meu pronunciamento. Agradeço a todos. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico está à disposição de todos que queiram participar e obter maiores informações. **Arnaldo Goldemberg**, eu gostaria ainda de pontuar que, apesar de alguns participantes estarem no ambiente na versão inglesa, não há qualquer prejuízo, basta que cliquem na “mão”, esse botão é bem explicativo. De qualquer forma, o e-mail foi providenciado: audienciapublica@casacivil.rj.gov.br. Quem tiver com problemas do ambiente virtual em inglês da plataforma online, por favor, solicite esclarecimentos para converter para a versão em português enviando uma mensagem para esse endereço eletrônico. Passo a palavra para o senhor Marcelo Silva Moreira Marques, procurador-geral do município do Rio de Janeiro. **Marcelo Silva Moreira Marques**. Gostaria de agradecer muito o convite formulado. Represento a Prefeitura do Rio de participar dessa etapa importante da audiência pública. Bom dia, doutor Marcelo Lopes, meu querido irmão Desejo-te muito sucesso nessa nova missão, difícil, mas com o seu talento e a sua destinação para defesa do interesse público conseguirá superar, com muito trabalho, esse desafio. Bom dia, Edson Carlos, do Instituto Trata Brasil; Fernando Vernalha, do escritório contratado; Gustavo Prado, da empresa Concremat; doutor Guilherme Albuquerque do BNDES, todos os amigos presentes. Eu, que represento o município do Rio, no governo Prefeito Marcelo Crivella, gostaria de deixar claro que o município do Rio de Janeiro aprova e concorda com a ideia de que no Brasil não pode ter gente sem saneamento em pleno Século 21. Então, nesse aspecto, a Prefeitura do Rio vem afirmar a sua concordância plena com a ideia que vem sendo levada adiante nesse modelo de concessão do serviço de saneamento construído pela CEDAE, pelo estado e pelo BNDES. Mas, o município do Rio de Janeiro teve que judicializar essa questão, nós teremos, hoje, uma audiência às 15:30, na 24ª Vara federal, no âmbito do Processo nº 503688520.2020.402.5101. Nós tivemos que discordar na forma, não no conteúdo. O município do Rio entende que essa questão saneamento está, umbilicalmente, ligada à questão da urbanização, por isso se sente um pouco tolhido de sua autonomia nesse modelo que foi construído. Gostaria de deixar claro que o nosso intuito é chegar a um entendimento, por



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



isso que nós ajuizamos a ação: para buscar um entendimento que preserve a autonomia do município dentro dessa modelagem construída pelo BNDES, por contratação feita com Estado do Rio. Inicialmente, essas são as considerações que eu gostaria de tecer. Vamos torcer para que esse entendimento seja obtido, porque a gente que integra a elite do serviço público, nesse momento, não pode se dar ao luxo de destilar os nossos egos e achar que um tem a tese melhor que o outro e deixar o povo sem saneamento. É esse o recado mais importante que o Prefeito pediu que eu passasse. O objetivo é fazer o saneamento será na ponta da forma mais rápido possível. Não tenho dúvida de que essas divergências na forma serão superadas por nós com grande sabedoria. Muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg** dando seguimento, gostaria de dizer que essa questão que surgiu sobre a configuração do idioma da plataforma, não se trata de uma falha do ambiente. A configuração foi toda feita para versão em português, então é uma questão de configuração local de usuário que, privadamente, tem que alterar as configurações. Por isso, estamos preparando as orientações para passar por e-mail, de modo que eu gosto de pontuar e fazer de forma reiterada a indicação. O e-mail para sanar essa dúvida é o audienciapublica@casacivil.rj.gov.br. Em seguida, daremos a palavra ao Fernando Vernalha Guimarães, advogado sócio e fundador do escritório de Vernalha Guimarães e Pereira Advogados. Por favor, perdoem-me. A ordem correta é Guilherme Albuquerque, Chefe de Departamento do BNDES. **Guilherme**. Bom dia a todos. Tratarei sobre o trabalho que foi feito, iniciando pelo contexto. O banco foi contratado pelo estado do Rio no final de 2017, então fizemos um edital com o objetivo de contratar consultores especialistas técnicos para o trabalho. Eu me recordo que, em 2018, conversando com a então diretoria da CEDAE, fomos legitimamente provocados, no sentido de que o projeto deve ser para todo mundo, não apenas para os municípios mais ricos e para as pessoas que hoje já tem acesso ao serviço, de modo que a ideia era que projeto levasse os serviços de água e de esgoto para todo mundo. Na época foi dito que a CEDAE deveria ser vendida e ponto, essa era a “missão inicial”, mas nos colocamos desde o início um olhar no saneamento que não tínhamos que focar apenas no modelo de venda da companhia, portanto o nosso escopo de trabalho com os consultores foi mais amplo. Na verdade, tentamos, justamente, trazer um olhar voltado para os investimentos em saneamento. Não que a venda da companhia seja algo que não levasse a isso, mas nós entendemos que o modelo de concessão, onde a CEDAE permanecesse com esse papel estratégico de produção de água, foi o mais adequado. No desenho, dividiríamos o escopo de operação da CEDAE em 64 municípios divididos em quatro blocos, que estão pintados no mapa. O total de investimento projetado é R\$ 33,5 bilhões que o setor privado investirá em saneamento nos próximos 35 anos, com maior concentração no início, conforme será demonstrado mais adiante. A divisão dos blocos obedece a diversos critérios, dentro do município do Rio obedece ao das bacias hidrográficas, mas existem ainda outros critérios, como o financeiro e o geográfico, que no final levaram a essa divisão de blocos. A Zona Sul do Rio está, por exemplo, com municípios do Norte do estado. A região da Barra da Tijuca está junto com os municípios da Região Serrana do estado. Contextualizando as obrigações de investimentos, temos o quadro geral das metas que permitirá a todo cidadão cobrar o investimento feito porque terá conhecimento prévio. Isso significa que as metas anuais serão discutidas e aprovadas, de modo que a agência reguladora, a sociedade de forma geral e os próprios municípios vão ter o que cobrar. Hoje, não se tem essas metas esclarecidas nos contatos, o que não é uma exclusividade da CEDAE, de fato acontece em todo Brasil. Esses contratos de programa, de forma geral, não têm metas estabelecidas, então o operador, seja ele público ou privado, não consegue cobrar aquilo que não está claramente estabelecido. Essa é a principal diferença desse contrato, entre outras. Então, existe o compromisso de se universalizar a água em cinco anos nesse conjunto de municípios em torno da Bacia do Guandu, porque o foco ali é a parte de esgoto nesses municípios, no município do Rio em 8 anos, depois em mais 10, 12 e 14 anos. Em relação ao esgoto, temos metas que variam



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO**



entre 5 a 15 anos conforme o município. Abordaremos, brevemente, as questões relacionadas à água do Guandu, que vão, inclusive, facilitar e reduzir os custos da CEDAE com o seu tratamento. Há metas de 15, 18 e 20 anos, então é importante, que é o investimento que será feito seguirá essas metas. Deixarei mais claro como é que essas metas se comportam, mas antecipo que toda população terá o que cobrar. Quais são os benefícios esperados? Primeiro em torno dos investimentos, ou seja, o quanto que será investido. Eu falei anteriormente de R\$ 33,5 Bilhões de reais em investimento. A consulta pública é o momento em que isso está sendo debatido, a sociedade de forma geral colocará as suas contribuições e, sim, é possível que haja alguma alteração nesse volume de investimentos e isso será discutido com as empresas e com a sociedade. Estamos falando de, somente nos primeiros cinco anos, mais de quase R\$ 12 bilhões, em torno de R\$10/11 bilhões sendo investidos em sete anos. Isso é uma mudança de patamar muito grande do que vem sendo investido no Rio de Janeiro, então é possível imaginar a diferença que faz em um estado com a dificuldade que está tendo hoje, o quanto isso gera de renda, de emprego e de arrecadação para os municípios com o movimento da economia local. Uma comparação importante a ser feita é que esses recursos são privados, o estado não fará investimentos públicos, tampouco os municípios. O setor privado que captará esses recursos no mercado, como em bancos, para poder então fazer esses investimentos. Fizemos uma comparação que mostra o seguinte: os investimentos feitos pela CEDAE nos últimos 10 anos, segundo informou da própria companhia, foi, em média, de R\$ 178 milhões em saneamento. O estado do Rio de Janeiro investiu mais do que isso, botou mais recursos públicos, de maior monta, em números até superiores, mas muito inferiores em relação a investimentos que nós estamos projetando sem nenhum recurso público para o mesmo período, de, em média, R\$ 2 bilhões. Eu acho que o gráfico fica muito claro, haverá investimentos somente entre operadores e a CEDAE permanece existindo na parte da produção de água. Muito se fala sobre tarifa, nesse contrato não já está definido que não há aumento previsto nos próximos 35 anos, então ela não irá subir nem amanhã, nem depois. Em outras palavras, o contrato traz uma fórmula que determina como que a tarifa é ajustada, conforme índices inflacionários de energia, índices inflacionários de custos da construção civil, então a população do Rio não terá aumento de tarifa acima da inflação. A única forma prevista em contrato disso ocorrer é caso haja um reequilíbrio do contrato, ou seja, caso algum evento que não era de responsabilidade da concessionária ocorra. Nesse caso, o contrato tem que ser reequilibrado para manter as bases contratuais. Mas existem várias formas de acontecer: pode ser alteração da curva de investimento, mudança de outras obrigações ou na tarifa, sendo que essa última é apenas uma das formas para reequilibrar o contrato. Não há aumento de tarifa, então, nós comparamos esses índices de inflação que vão corrigir o nosso contrato com às variações anuais da tarifa praticada hoje no estado do Rio de Janeiro. Pegamos no site da CEDAE, tarifa 1 – área A. domiciliar (conta mínima), em 2016, o valor da tarifa era de R\$2,89, com os as variações anuais foram para R\$3,98, hoje, se a tarifa prevista no contrato fosse aplicada ao mesmo período, o valor hoje seria de R\$3,43. Onde eu quero chegar? Se o contrato já existisse em 2016 a tarifa hoje para a população seria 14% inferior à praticada atualmente pela CEDAE. Então, esse projeto não prevê o aumento de tarifa, ao contrário, se tivéssemos começado esse projeto em 2016, de acordo com as fórmulas, encontraríamos uma tarifa de R\$3,43. Essa informação é importante para que todos saibam que a tarifa não só não irá subir, como o contrato já estabelece que ela siga os índices inflacionários. A única forma de reajuste é caso haja o reequilíbrio do contrato e o Poder Concedente o trabalhem e prefiram ajustar a tarifa, caso contrário, isso não vai acontecer e, de tal forma, seria inferior a tarifa 1 - área A. domiciliar (conta mínima). Outro aspecto que gostaria de focar é a questão dos benefícios esperados com projeto, então vamos listar apenas alguns considerados principais. Primeiro, conforme já informado, são R\$33,5 bilhões destinados ao projeto. Segundo, somente nos primeiros anos, são destinados R\$2,6 bilhões para investimentos nos municípios



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



em torno da Baía de Guanabara para se buscar implantação de uma solução temporária de tempo seco. Vamos discutir com a consulta pública, com o mercado, a ideia é possibilitar a melhoria da balneabilidade de praias e lagoas, especial da Baía de Guanabara, o que já se tentou por décadas e nunca conseguiu, mas, agora, há recursos destinados a isso, não só R\$2,6 bilhões, muito mais do que isso, porque esse valor é somente nos primeiros cinco anos. Depois, ao longo do tempo, serão construídas as redes separadoras, destinadas somente a parte de esgoto, para, então, resolver definitivamente esse problema. Em segundo, a priorização da universalização rápida nos municípios que contribuíram para Bacia do Guandu, teremos quase R\$ 3 bilhões também nos primeiros cinco anos, somente naquela região, excluindo o município de Nova Iguaçu, onde parte do esgoto vai para Baía, um município muito extenso e de grande dificuldade operacional. Portanto, apenas com esse recurso para aqueles municípios e os demais a qualidade da nossa água no estado do Rio de Janeiro melhorará substancialmente, o que ajudará a reduzir muito os custos com tratamento da água. Um outro benefício muito claro e relacionado com investimento é que está sendo contratualizado um investimento mínimo de R\$1,8 bilhão para se investir nas chamadas áreas irregulares. Trata-se de um volume inédito. Nós desconhecemos projetos dos municípios, do estado e da CEDAE para avançar nessas regiões. Sabemos que há um programa do estado para uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, ainda em construção. Porém, é mais do que isso, está contratualizada a obrigatoriedade de continuidade da prestação de serviços nessas regiões. Não só como eu falei no início que está assegurado o investimento nos municípios mais pobres do estado, mas também nessas regiões com ampliação de um volume que nunca foi feito na história no nosso estado e cidade. Mais de 46 mil empregos são estimados, em um total de geração líquida de mais de vinte e oito mil empregos gerados, ao longo dos 35 anos. Estamos falando em mais de R\$8 bilhões para os municípios, porque 3% do que será arrecadado nos municípios, será destinado aos mesmos. Hoje os municípios não recebem nada da arrecadação da CEDAE. Se pensar em arrecadação de impostos, em ISS com a prestação de serviço e com as obras, depende da alíquota que cada município pratica, mas há uma estimativa de mais R\$300 a R\$ 700 milhões. Outro benefício muito claro, mais uma vez, não tem aumento real de tarifa, a tarifa praticada é suficiente. Outro aspecto, a manutenção da tarifa social, na realidade hoje a CEDAE informou que em torno de 0,54% do total é atendido pela tarifa social, isso vai aumentar quase 10 vezes, para 5%, sem impacto no equilíbrio econômico-financeiro, que será absorvido totalmente pelas concessionárias. Por fim, só para dar um exemplo, o Instituto Trata Brasil menciona que, só com a despoluição da Baía de Guanabara, haverá um benefício de mais de R\$10 bilhões de valorização imobiliária, R\$3,6 bilhões de economia com saúde e mais de R\$500 milhões com turismo. Imagina o quanto isso é transformador para população do estado. Tudo com recursos privados, não haverá recursos públicos, que poderão ser destinados a outros investimentos. Como eu falei, a CEDAE é uma empresa lucrativa que distribui dividendos, mas há alguns recursos públicos também que foram empregados no passado nos investimentos, o que não irá mais acontecer. Quando abordamos os blocos, eu falei de metas anuais de crescimento que cada município teria citando números percentuais previstos. Essa era a ideia geral dos benefícios, um pouco do desenho do projeto, o Fernando Vernalha depois vai falar do desenho jurídico. **Arnaldo Goldemberg.** Passo a palavra ao Fernando Vernalha do escritório de advocacia Vernalha Guimarães e Pereira Advogados. **Fernando Vernalha.** Gostaria saudar o estado do Rio de Janeiro pela realização dessa audiência pública, um marco muito importante nesse programa de desestatização, sem dúvida nenhuma da mais alta importância para atrair investimentos para a universalização dos serviços de saneamento no estado do Rio de Janeiro. Como disse o Marcelo no início, é um caso que pode inspirar tantos outros. Eu peço licença para subir a minha apresentação. Então, gostaria de explicar o processo de desenvolvimento da assessoria jurídica., de modo que nós fizemos um diagnóstico de toda a situação jurídica do



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO**



saneamento no estado do Rio de Janeiro, de uma série de informações e de documentos relevantes quanto ao relacionamento da CEDAE, além de mapearmos os vínculos existentes com os municípios atendidos. Nesse contexto, 151 documentos foram identificados e analisados. Depois, fizemos o levantamento de todo o arcabouço legislativo e normativo sobre o saneamento em cada um dos municípios atendidos pela CEDAE e também no próprio estado do Rio de Janeiro, de modo que 1.096 documentos foram levantados e analisados. Em seguida, usamos uma análise específica de toda a legislação sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro com foco especificamente na Lei Complementar 184/2018. Tivemos um extenso processo de *due diligence* jurídica na CEDAE, onde contamos com a contribuição do escritório Vieira Rezende, onde 872 documentos fornecidos pela CEDAE foram analisados, entre os quais 37 mil processos judiciais, 66 instrumentos imobiliários e 9 contratos financeiros. A partir da análise toda essa documentação e informação, nós elaboramos um relatório apresentando um diagnóstico jurídico de toda situação do saneamento e todos esses vínculos. Esse documento fundamentou, já na Etapa 2, o desenvolvimento de alguns cenários e a apresentação de alguns modelos de negócios para o BNDES conduzir uma discussão com o estado do Rio de Janeiro, a CEDAE e a Procuradoria Geral do estado do Rio de Janeiro para a definição do modelo de negócio. Uma vez definido o modelo de negócio, partimos para etapa de detalhamento dessa modelagem com identificação das principais engrenagens jurídicas, do conteúdo jurídico do relacionamento, de todos os atores, dos titulares com o estado e a da própria relação de concessão do estado com o concessionário. Então, realizamos a confecção dos documentos importantes na minuta do contrato concessão, minuta do edital de licitação, do convênio de cooperação, dos contratos de gerenciamento e uma série de outros que compuseram esse arcabouço documental sobre o qual está lastreada a prestação regionalizada do serviço no Estado do Rio. Então, aqui eu trago um esquema gráfico só para mapear as principais relações jurídicas a serem estabelecidas entre os principais atores da prestação regionalizada. Há os municípios metropolitanos cuja titularidade é exercida através do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que se encarregará de celebrar um convênio de cooperação com o estado do Rio de Janeiro e com a interveniência da agência reguladora e também um contrato de gerenciamento do estado do Rio de Janeiro para transferir as atribuições de organização e gerenciamento dos serviços de saneamento, e para a agência reguladora, a transferência das atividades de regulação e fiscalização. Trata-se da criação da gestão associada entre os municípios metropolitanos e o estado do Rio de Janeiro. Quanto aos municípios não metropolitanos, haverá a celebração direta de cada um dos municípios com o estado do Rio de Janeiro de convênios de cooperação e de contratos de gerenciamento, sempre com a interveniência da agência reguladora. Esses instrumentos se prestam a transferir essas competências e atribuições de organizar e gerenciar os serviços de saneamento ao estado do Rio de Janeiro e de fiscalizar e regular à agência. Lembrando o que os vínculos atualmente existentes serão encerrados através de aditamentos aos atuais contratos de programa com a previsão de que a sua extinção se dará no momento que a nova operação entre em funcionamento pelo novo operador, é uma extinção condicionada. Logicamente, estamos falando de uma adesão voluntária dos municípios que aderem a prestação analisada por manifestação de vontade, e o estado do Rio de Janeiro, na condição de delegatário dessas competências e atribuições, celebrará quatro contratos de concessão relativos a cada um dos blocos, e esses contratos de concessão terão a interveniência da agência. De modo paralelo, o estado do Rio de Janeiro celebrará também um contrato de programa com a CEDAE para o fornecimento de água a cada um desses blocos. Esse fornecimento será instrumentalizado por 4 contratos de interdependência celebrados entre a CEDAE e cada um dos blocos. Então, para preservar a estabilidade de todas essas relações jurídicas, nós previmos na nossa modelagem algumas estruturas de governança. Há uma estrutura de governança chamada de “interblocos”, tendo em vista o relacionamento que existirá



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO**



entre a CEDAE e cada um dos blocos e entre os próprios blocos. Isso porque a água fornecida pela CEDAE acaba circulando entre os blocos, então nós entendemos pela necessidade de estabelecer uma estrutura de governança interblocos que pressuponha a criação de um centro de controle operação, que será contratado pelo Instituto Rio Metrôpole, órgão executivo da região metropolitana do Rio de Janeiro com natureza jurídica de autarquia e tem essa função de executar as atribuições de acordo com as deliberações do Conselho Deliberativo. Esse centro de controle e operação será operado por uma empresa qualificada e contratada pelo Instituto Metrôpole e terá, basicamente, duas atribuições, ou duas atribuições principais: a primeira é aferir a medição da água que sai da CEDAE, que circula entre os blocos que será feita partir dos macromedidores que estão instalados na rede de distribuição de água, tanto na saída de água da CEDAE, quanto nos pontos de interseção entre os blocos, para que o processo de faturação esteja subsidiado por esta aferição técnica. De outro lado, esse centro de operação terá também papel de subsidiar a própria agência reguladora no que diz respeito à alocação do recurso hídrico que, segundo o regramento do contrato, cada um desses concessionários tem periodicamente e a obrigação de estimar o consumo de água para fins da locação, pela agência, do volume mínimo de água a ser disponibilizado pela CEDAE. Essa decisão da agência, também estará lastreada nas aferições técnicas feitas pelo centro de controle e operação e é lógico que há todo um regramento voltado também para inibir e dirimir eventuais controvérsias que possam surgir entre a CEDAE e cada um dos blocos e mesmo entre os blocos. Depois a gente tem um outro órgão que compõem a estrutura de governança que é o comitê de monitoramento, formado pelos titulares dos serviços, organizações da sociedade civil, representantes das entidades do setor, pelo usuário do serviço e pelo próprio estado. Esse comitê de monitoramento tem o papel de exercer uma fiscalização da prestação de serviços e será um órgão meramente consultivo, logo não tem o papel de intervir nas decisões, mas tem a ampla competência para fiscalizar e monitorar toda a prestação de serviço, inclusive pode propor aprimoramentos e diretrizes quanto ao planejamento de serviço, portanto, pode ter um papel importante ao longo do desenvolvimento da concessão. Temos, ainda, toda uma estrutura de governança que nós chamamos de intrablocos, que é alusiva a cada um dos contratos de concessão. Há, primeiramente, a própria agência reguladora, que tem também um papel relevante em várias decisões da Concessão; depois, o Conselho de Titulares, que é o conselho formado pelos titulares ali dos serviços relacionado ao bloco, falando representantes dos municípios abrangidos pela operação de serviço. Este Conselho terá a prerrogativa de participar previamente de uma série de decisões importantes da concessão, especialmente daquelas que tenham o potencial de impactar a esfera de direitos desses municípios. Lembrando que há uma matriz de responsabilidade também bem desenhada na alocação de responsabilidade e alocação de riscos entre os titulares e o estado nos convênios de cooperação. Enfim, os titulares têm essa prerrogativa de participar dessas decisões, portanto sem a participação, essas decisões não serão consideradas decisões válidas, de acordo com a disciplina do contrato. Depois temos o Comitê Técnico, que é um comitê formado por especialistas independentes e profissionais que são indicados por ambas as partes e que terá o papel de opinar sobre divergências ou dúvidas técnicas que surgirem entre ambas, logo não é um comitê cujas deliberações tenham efeitos adjudicatórios ou vinculativos, apenas efeito opinativo, mas possui um amplo cabimento em várias decisões importantes da concessão, inclusive da própria agência reguladora, e, logicamente, que se manifestará uma vez instado pelas partes. Depois nós temos o verificador independente que é uma empresa tecnicamente capacitada a ser contratada pela agência reguladora para aferir o cumprimento de indicadores de desempenho, que impactam diretamente a remuneração da concessionária, que têm reflexos tarifários. Por fim, o certificador independente, que é também uma empresa qualificada para certificar o volume de investimentos que é implementado para tempo seco e para as áreas irregulares, ficando esses investimentos fora das metas de universalização, tendo em vista a



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



difficuldade depois de monitorar o seu cumprimento. Esses são ou principais aspectos jurídicos inerentes à modelagem e fico à disposição caso haja dúvidas mais específicas, agradeço atenção. **Arnaldo Goldemberg**. Obrigado, Fernando. Relembro que o procedimento para o uso da palavra para manifestações, dúvidas ou sugestões é clicando no botão da “mãozinha”. Passo a palavra para Gustavo Silva Prado, líder técnico e operacional de saneamento da Concremat. **Gustavo Silva Prado** Bom dia a todos os integrantes. Quero cumprimentar os participantes da audiência. Sobrou para a mim a tarefa de expor uma visão geral dos aspectos metodológicos envolvidos no trabalho de engenharia. Primeiramente, eu queria salientar que a Concremat trabalha no mercado de engenharia há 68 anos, inclusive com empreendimentos de saneamento, elaborando estudos e projetos, assim como realizando obras no segmento da indústria de saneamento, o que ocorre há, praticamente, 40 anos, isso é quase a minha idade. Então, certamente, é uma empresa altamente qualificada. Esse trabalho ele se assemelha muito a trabalhos que fazem parte do portfólio, parece muito com um plano diretor de água, plano diretor de esgoto, com um plano de saneamento com grandes contornos. O trabalho se inicia com um diagnóstico, depois passa por uma fase de dimensionamento de demanda atual e futura, o que envolve projeções demográficas, cálculos de volumes, etc. Uma vez conhecidos o ponto de partida e as demandas futuras, somos capazes de determinar o déficit de atendimento na prestação de serviço de água e esgoto, passando para uma fase de prognóstico e elaboração dos projetos conceituais para levantamento de investimento. Então, o desenho metodológico da engenharia segue essa lógica e, evidentemente, que, para este caso específico, essas curvas e modelos que foram produzidos serviram de *input* para o modelo econômico-financeiro. Entrando um pouquinho mais em detalhes, cada um desses trabalhos desenvolvidos ocorreu mais ou menos de forma concomitante, então o dimensionamento da demanda e o diagnóstico se iniciaram quase que ao mesmo tempo. O dimensionamento da demanda se inicia com um estudo de projeção populacional que foi desenvolvido por 64 municípios atendidos pela CEDAE, utilizouse, para tanto, o modelo denominado método das componentes de corte. Como se trata de um modelo bastante sofisticado de projeção demográfica, o consórcio contou com consultores especializados em demografia para nos ajudar neste modelo. A modelagem ocorreu separando a fecundidade e a mortalidade do salto migratório, que são as três grandes componentes que definem a dinâmica populacional de cidades. Então, se trabalhou com especulação matemática de dados censitários para fazer um modelo robusto bastante sofisticado. Na sequência definimos os critérios de cálculo, na sua maioria de engenharia. Quem trabalha em projetos e estudos de sistema de abastecimento de água sabe o que eu estou falando. Um ponto importante é o consumo efetivo *per capita* de água das diferentes cidades, a demanda é diretamente proporcional ao valor desse consumo, de modo que um aumento de 10% no consumo *per capita* resulta automaticamente em um aumento de demanda em mais ou menos de 10% também. Para definição desse consumo *per capita* a gente utilizou a base do Sistema Nacional de Informações de Saneamento e as informações específicas dos municípios que a CEDAE nos forneceu. Esses valores foram exaustivamente discutidos junto com a CEDAE até que a gente definisse valores para cada uma das cidades. Foram definidos também na época as metas finais de atendimento: 99% da população será atendida por água, 90% da população sendo atendida por esgoto, 100% do esgoto será tratado e um pacote inteiro de informações nós modelamos a demanda ano a ano para cada um dos 64 municípios do estado. Esse cálculo demanda é importante, como eu disse, porque define a demanda atual e a demanda final, no período dos 35 anos da concessão e, por conta disso, evidentemente, ele orienta os cálculos e as projeções de receita da companhia. Vale mencionar que essa projeção de demanda foi feita inclusive por tipo de consumidores: residenciais, comerciais e industriais. Só por curiosidade, a estimativa de população máxima nessa área gira em torno de 16 milhões de habitantes. Depois, passamos a fase de diagnóstico da infraestrutura existente. Esse é um trabalho talvez central, um dos mais



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



importantes, porque analisar e diagnosticar sistemas de água e esgoto dos 64 municípios em um prazo de três meses, de fato, é um trabalho hercúleo que exige organização, planejamento e alta capacidade técnica. Nós chegamos a ter algo em torno 30 profissionais envolvidos entre trabalho de campo e de escritório. A base de diagnóstico não foi só informação secundária, usamos relatórios e informações técnico operacionais e comerciais fornecidos pela CEDAE, mas nós visitamos os 64 municípios. Para otimizar e padronizar essas informações de campo, utilizamos um sistema *mobile* que é, basicamente, é um questionário, um formulário de coleta de informação pelo qual uma entrevista com os operadores é realizada pelos profissionais que campo preenchem e podiam enviar para o escritório. Esse aplicativo também permitia que fizéssemos registros fotográficos e fazia parte de uma classificação qualitativa que foi preestabelecida sobre o estado de conservação das unidades para que pudéssemos, na fase de prognóstico, estimar valores de recuperação e reforma das unidades existentes. Só para você ter noção do volume de informação gerado, nessa fase foram preenchidos e produzidos 834 formulários e inspecionados mais de 300 instalações espalhadas nos 64 municípios e principais distritos. É importante comentar que não visitamos somente 64, mas também visitamos os principais distritos. O consórcio evidentemente utilizou uma equipe de escritório que analisava os relatórios, as informações operacionais e a base de dados, como eu informei anteriormente. Então, ele fez parte dessa fase de diagnóstico dos recursos hídricos do estado do Rio de Janeiro, bastante importante, pois esse diagnóstico, evidentemente, foi feito com base em informações secundárias. São trabalhos que demandam um prazo muito maior, mas foram utilizadas as informações existentes sobre o estado do Rio de Janeiro, e com foco muito grande na percepção da capacidade de Mananciais superficiais subterrâneos, pois, por motivos óbvios, foi necessário na fase de prognóstico definir como seriam feitas as ampliações de captação de água; localizar tem água; onde é possível usar poço, onde não; onde tem água disponível para aumentar e também fazer solicitação de novas outorgas; classificar os serviços hídricos, na percepção da capacidade suporte para recebimento de lançamentos de esgoto sanitário das estações de tratamento de esgoto. Esse é um ponto bastante importante, porque, na definição da rota tecnológica de tratamento, o ponto de início é o receptor, reconhecer *a priori* a capacidade de suporte do corpo receptor para que consigamos definir as eficiências necessárias e, com base nessas eficiências, definir as tecnologias de tratamento a serem utilizadas. Com esse pacote inteiro de informações que eu acabei de mencionar, dados primários coletados em campo ou em entrevistas com os operadores, dados secundários fornecidos pela CEDAE ou em bases oficiais do governo, diagnóstico de recursos hídricos, foram elaborados relatórios individuais para cada um dos municípios e esses relatórios versam tanto sobre a infraestrutura como também sobre condição dos recursos hídricos e dos déficits de atendimento. O trabalho de diagnóstico não se encerrou por aqui, o trabalho com o BNDES foi muito bem amarrado, a gente também fez um diagnóstico da situação do planejamento da prestação do serviço de saneamento básico, que todos sabemos que, pela Política Nacional de Saneamento Básico, a titularidade, até o momento, pertence aos municípios e, por conta disso, uma das únicas coisas que pode delegar é o planejamento que é feito por meio dos planos municipais de saneamento básico. Por isso, não poderíamos deixar de avaliar os planos de saneamento básico dos 64 municípios, então também foi feito esse diagnóstico. Então, tendo em mãos o tamanho do déficit a ser coberto, passamos para a fase de prognóstico que recebe o nome de projeto conceitual de engenharia. O trabalho começou com definições de pré-dimensionamento para diversas unidades de sistemas, tanto de abastecimento de água, como esgotamento sanitário, captações de água, captações de elevatória, de água bruta, estações de tratamento de água, estações elevatórias de esgoto, linhas de recalque e estações de tratamento de esgoto. No caso de tratamento de esgoto, por exemplo, foram definidas quatro tipologias, quatro rotas tecnológicas de tratamento, de modo que os sistemas foram utilizados onde a densidade demográfica era muito baixa, abaixo de 30



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



habitantes por hectare, lagoas de estabilização em distritos e em cidades com população inferior a 5.000 habitantes. Outro ponto que foi levado em consideração foi o da adequação de estações de tratamento a um padrão de potabilidade para se ler. Hoje, consta no Anexo 10 da Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde que, para a simples desinfecção para águas captadas superficialmente, a gente tem que ter, pelo menos, a etapa de filtração, isso foi adequado. No caso de redes coletoras de esgoto, apenas para citar um exemplo, usamos uma base aqui um modelo digital de terreno STRN que disponibilizou na base do Google pela qual a gente conseguiu tirar a extensão de arruamento e, com base nas informações coletadas na fase do diagnóstico, conseguimos definir as manchas de atendimento e para o pré-dimensionamento da rede coletora de esgoto, cobrimos o que faltava nos municípios. Então, o trabalho foi bem foi bem detalhista. Em relação a investimentos em controle de perdas a hidrometração de 5% das economias, projetou-se a substituição de redes com base em uma série de critérios. Para levantar o Capex, evidentemente esse trabalho é um trabalho gigantesco, trabalhamos com tecnologia paramétrica de orçamentação, com base nos preços EMOP; Somente em 2018 para unidades estacionárias - entenda estacionárias aquilo que não é unidade linear, não é tubulação - nós produzimos diversas curvas de custo que relacionavam volume por investimento, vazão por investimento, vazão potência por investimento, e assim por diante, muitas dessas curvas foram baseadas nestes nossos 40 anos de experiência em desenvolvimento de projeto e gerenciamento de implantação de obras de saneamento no caso das obras lineares, temos que olhar com certo cuidado porque, geralmente, as pessoas subestimam o peso das obras lineares no Capex total de implantação de um novo sistema, mas elas respondem facilmente por 60%, 70% do custo de investimento total. Então, é, de fato, onde temos que tentar ser o mais detalhista possível, porque o impacto para este tipo de unidade é grande. Por isso, foram desenvolvidas composições de custo, tanto para água, quanto para esgoto, levando em consideração o tipo de material, diâmetro, solo, tipo de pavimentação. Então, a gente trabalhou com essas composições de custos. Foi previsto, ainda, um reinvestimento de 5% a.a do valor dos ativos estacionários de água e esgoto que é muito importante e não pode ficar de fora, vez que as companhias precisam investir em expansão do serviço mais a recuperação e a manutenção do ativo existente. Outro ponto que eu destaco para os meus colegas é que neste projeto foram adotadas soluções não convencionais para atender a situações específicas e não convencionais. Então, esse projeto prevê investimento em áreas de ocupação irregular no Rio de Janeiro que, como o Guilherme pontuou, tem o investimento mínimo de R\$1,8 milhão de reais. Esse montante é bastante expressivo e está restrito a ampliação de sistema de abastecimento de água e de tratamento sanitário, então, evidentemente, deve haver a participação do município do Rio de Janeiro com os investimentos de urbanização, sendo que tudo isso deve ser fiscalizado pela agência reguladora e pelo verificador independente. Há, também, a previsão de investimento de algo em torno de R\$2,6 milhões em coletores de tempo seco. A ideia desse tipo de solução que se difere da base é algo que se aproxima de sistemas unitários de esgotamento sanitário. O coletor de tempo seco nada mais que um extravasor, digamos assim, quando você desvia a água do córrego para rede de esgoto até a estação de tratamento. **Arnaldo Goldemberg** – Gustavo podemos terminar em mais um minuto ou dois? há um grande número de inscritos. **Gustavo**, Sem problemas, o investimento total com a ampliação do sistema gira em torno de R\$ 33,5/34 milhões. O coração da engenharia é esse. Foi, ainda, levantado estudo ambiental e todo esse trabalho foi organizado na forma de minutos de planos municipais de saneamento básico e do Plano Metropolitano que estão disponíveis na página para todos os interessados. **Arnaldo Goldemberg** Neste momento, eu abro às manifestações dos inscritos atendendo a rigorosa ordem de inscrição, concedendo, conforme estabelecido nas regras para esta audiência pública, o prazo de cinco minutos para cada expositor em suas manifestações. Todas as contribuições serão recebidas e devidamente analisadas, além de disponibilizadas no sítio eletrônico da



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO

consulta pública. O interessado deve fazer uso da palavra se habilitando com seu vídeo de modo a identificar os usuários, sendo obrigatório e necessário que a identificação pessoal confira com a imagem da pessoa. A solicitação do uso da palavra pressupõe concordância com a divulgação do uso da imagem e a sua publicação no sítio de internet desta consulta pública. Caso não habilite o vídeo sua manifestação não será admitida na audiência pública e, dessa forma, deverá encaminhá-la por escrito ao sítio de internet da consulta. Divulgo agora os 10 próximos escritos para fazer uso da palavra: 1. Raul Pinho; 2. André. 3. Miguel Alvarenga Fernandes e Fernandes 4. Renato Prosara. 5. Poliano; 6. Suya; 7. Gabriel Araújo; 8. Fabiel Gradel; 9. Humberto Lemos de Lemos; 10. Luis Bartolotto. A divulgação se dará a cada 10 inscritos. Passaremos a palavra, neste momento, ao primeiro inscrito Raul Pinho. Lembro para que, assim que receber abertura do áudio e vídeo, acione o “ligar a câmera”. Está com a palavra Raul Pinho pelo prazo de 5 minutos. **Raul Pinho.** Sou Raul Pinho, engenheiro e fundador do movimento “SanitaRio” que tem como proposta reunir a sociedade civil para discutir soluções e cobrar ação dos gestores públicos municipais e estaduais em relação ao encaminhamento de ações para a universalização dos serviços. Como cidadão carioca, eu queria que externar a nossa indignação com a situação de calamidade que a gente tem principalmente na agenda de tratamento de esgoto na nossa cidade. O que pretendemos acompanhando todo esse processo conduzido pelo BNDES é buscar que as partes responsáveis pela implementação do projeto se entendam. Sobre as questões judiciais, nós temos muitos exemplos na cidade do Rio de Janeiro, como na área de Jacarepaguá que demonstram que, caso as ações não sejam voltadas para o alinhamento de entendimento, o que ocorrerá a postergação dos projetos em mais 5 ou 10 anos, de modo que continuaremos na mesma situação. Então, é um depoimento de indignação pela situação, nós temos um norte que é o projeto que foi conduzido com brilhantismo pelo BNDES e que evidentemente enfrenta problemas de, principalmente, ordem política e econômica. Vivemos um momento em que estados e municípios tem grandes dificuldades financeiras, logo não tem capacidade de investimentos, então não vejo outro caminho que não seja buscar essas parcerias. Focarei em três pontos que eu acho fundamentais. O primeiro é com relação a governança e a regulação desse processo, porque temos como nítidas as dificuldades, tanto da CEDAE como operador e a agência reguladora, de conduzir e fiscalizar esse processo. Então, como os senhores entendem que os municípios podem participar fiscalizando a implementação das obras? No caso Rio de Janeiro, temos a cidade dividida em quatro áreas, como o município acompanha esse processo sem ficar necessariamente sobre o guarda-chuva ou comando da agência, já que as intervenções na nossa cidade são muito mais uma situação local do que regional? Outra questão que eu gostaria de perguntar, que não foi abordada, é dos 62 municípios, quantos efetivamente já aderiram e qual será o procedimento caso não haja uma adesão, não dos metropolitanos, que estão pelo Instituto, mas dos demais. Em outros termos, haverá, caso não haja adesão, uma reformulação do projeto e, eventualmente, dos blocos? E um terceiro ponto também importante, que reflete diretamente na situação do Capex é se foi feito Inventário das nossas redes, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, nas áreas Central da cidade e Zona Sul. Temos conhecimento, como cidadão e também há os relatórios da Rio Águas mostrando que existem inconsistências em relação a esses dados de partida de cobertura que são fundamentais para a segurança de investidores. Então, é fundamental que esses dados estejam certificados e atestados. As informações da CEDAE são muito questionáveis. Neste ano, no ranking do Trata Brasil, o percentual de perda de Nova Iguaçu que foi anunciado na ordem de 5%, mas é muito mais de 40%. Então, acreditar em dados da CEDAE é um fator de preocupação. Obrigado pela oportunidade. **Arnaldo Goldemberg** Agradeço a participação do Raul Pinho e vou encaminhar agora ao Guilherme da Rocha Albuquerque para responder as indagações. **Guilherme da Rocha Albuquerque.** Caberia a mim, tratar da questão relacionada a parte dos estudos e talvez a questão dos Municípios fique com o Marcelo Lopes. O que o Raul trouxe é uma preocupação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



de todos, pois é importante que o estudo reflita a realidade. A CEDAE, melhor do que ninguém, conhece a realidade, porque é ela quem opera. Tivemos recentes reuniões com o objetivo de conseguimos ter uma homogeneidade, um entendimento da situação atual, de modo que é possível afirmar que a distância vem se reduzindo, pois estamos convergindo em diversos aspectos técnicos em relação a situação atual do sistema. É impossível qualquer um furar a cidade e ver o que tem debaixo dela, o município do Rio de Janeiro tem por outro lado, feito inspeções e nos passou isso, de forma que estamos trabalhando com a CEDAE e também com o município. De qualquer forma, do ponto de vista de contrato, isso está muito bem casado quanto aos riscos, então não há uma preocupação nossa quanto a isso. Em relação a fiscalização, o Fernando Vernalha trouxe sobre como se dará a participação dos municípios e da sociedade civil, de modo que está sendo implantado algo que é requerido desde sempre pela legislação, há mais de 12 anos, que é o controle social, que é dar voz aos conselhos de monitoramento da sociedade civil que se reunirá, com datas pré-agendadas, já nos primeiros 6 meses da operação para poder, de forma consultiva, fiscalizar e opinar. Isso é algo que, hoje, não acontece. A Região Metropolitana também estará presente. O município do Rio tem trazido, também, essas questões de como contribuir junto da agência, então isso é algo que vem sendo conversado. **Arnaldo Goldemberg.** Passo a palavra para o Marcelo Lopes **Marcelo Lopes.** Com relação à questão dos municípios, a nossa intenção é a de que todos os municípios já atendidos pela CEDAE participem. Ocorre que, para os municípios de fora da região, isso dependerá de manifestação de interesse e de leis aprovadas. Neste cenário atual, nós já temos 16 municípios com leis aprovadas, 5 com projetos de leis já encaminhados e os demais ou ainda estão analisando ou já reprovaram a adesão ao projeto. Nós não temos como forçar os municípios a participarem, isso depende da decisão de cada um deles. Então, o projeto será moldado ao formato final dependendo da quantidade de adesões. Acho que é basicamente isso que eu poderia responder. **Arnaldo Goldemberg** Prosseguindo na segunda ordem aqui na inscrição, doutor André Dikstein, passo a palavra ao doutor André. Favor acionar e conectar o microfone. Tivemos um problema. Então passa a palavra ao Miguel Alvarenga Fernandes e Fernandes. **Miguel Alvarenga Fernandes e Fernandes.** Sou engenheiro civil e hoje estou presidindo a Sessão Estadual da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES-RIO. Parabéns a todos os envolvidos que estão na vanguarda da discussão técnica trazendo esse debate importante que é a questão do saneamento, mesmo em um momento de pandemia. Parabenizo, também, a extensão de prazo, eu acho que é um tema muito importante, complexo, com muitos documentos e a extensão de prazo traz mais transparência e melhoria contínua que nós estamos aqui propondo. Eu assisti com muita atenção às palestras e eu sei que tem outras palestras e mais três audiências nas quais poderemos debater com mais calma e trazer outros pontos, mas gostaria pontuar algumas questões que eu achei importantes. Vou começar com apresentação do Edson Carlos, do Trata Brasil, que trouxe alguns dados. Assim como o Instituto Trata Brasil tem um ranking do saneamento, a ABES também tem um ranking do saneamento, pois é uma entidade profissional muito atuante. Niterói, inclusive, foi premiada no ranking da ABES, recentemente, como uma cidade modelo. Mas eu me surpreendi com os números citados, eu não sei de onde vieram, como por exemplo o esgotamento sanitário do Rio de Janeiro, a não ser que o colega considere que o emissário submarino seja uma forma inadequada de esgotamento sanitário de extensão final, o que é um tema extremamente polêmico e não faz parte do nosso debate. Eu acho que, com todo respeito ao Instituto Trata Brasil, que é um instituto parceiro no debate do saneamento, está agora com uma iniciativa no Rio de Janeiro, mas não é um Instituto do Rio de Janeiro, não é uma entidade que conhece a fundo o saneamento do Rio de Janeiro. Não participa do Conselho Municipal de Meio Ambiente, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, tampouco dos Comitês de Bacia do Rio de Janeiro. Eu vejo uma dificuldade de entendimento do cenário, existem entidades especializadas aqui no Rio de Janeiro que



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



poderiam estar também contribuindo na apresentação de diagnóstico de entendimento do nosso setor. Fica a crítica construtiva sobre a ampliação da participação e apresentação do cenário do saneamento da CEDAE e do estado do Rio de Janeiro. Em relação agora eu queria trazer sobre a apresentação do colega Guilherme Albuquerque do BNDES que eu reconheço de vista, eu acho que ele foi colega meu de colégio, não tenho certeza, primeira vez que eu estou vendo-o no setor. Achei muito oportuno o início da fala dele, o foco não pode ser a venda da CEDAE, apenas uma consequência por outros motivos, o foco tem que ser o da melhoria da universalização, da eficiência e de uma tarifa justa no estado do Rio de Janeiro. Ele traz, de cara no slide 11 da apresentação dele onde fala sobre o foco no investimento dessa melhoria do serviço, que, na verdade não haverá ampliação, senão uma aceleração do investimento que trará o investimento para um tempo mais presente, então isso tem que ser muito bem amarrado nesse modelo de concessão, porque “não existe almoço grátis”, trazendo o jargão do modelo econômico do Governo Federal. Então, isso tem que estar muito bem amarrado, senão eles são postergados. O modelo tarifário é uma discussão importante e não o aumento do modelo tarifário. Para finalizar, questiono aos nossos colegas que fizeram a modelagem, eu pergunto sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos que identifica um déficit na região leste da Baía de Guanabara, Grande Niterói, com mais de 3 metros cúbicos, com projeção de 8 metros cúbicos de déficit, em menos de 10 anos e sem fonte de água. Com COMPERJ e tudo mais, isso é um problema crítico e você não vai ter água, então como é que vai vender água? Como é que vai atender esses índices de metas? Porque a planilha, a gente que vive para o saneamento, o *Data Show*, o *PowerPoint* aceita tudo. Você fala em meta, que vai crescer tantos porcentos, mas se isso não estiver amarrado, de onde virá a água? Essa água não será vendida nunca. O esgotamento sanitário tem que estar associado a melhoria da qualidade da água e da balneabilidade das praias e não simplesmente na coleta e tratamento. **Arnaldo Goldemberg** Pontua que o número de inscritos vai permitir uma nova inscrição para fazer nova manifestação. Vou passar a palavra primeiro para Guilherme e, depois, quanto a questão técnica, para o Gustavo. **Edson Carlos**. Arnaldo, eu posso responder sobre o Trata Brasil. Primeiro, agradecer ao Miguel pelos comentários. Realmente, somos parceiros da ABES em muitas ações, temos um respeito muito grande e um ótimo relacionamento com todos os ex-presidentes, então não há problema nenhum. Quanto ao Trata Brasil estar representando a sociedade, isso é uma pergunta que deveria ser endereçada à organização do evento, pois nós somos convidados, não cabe a mim julgar a representatividade do Trata Brasil. Outra coisa é que não precisa ser do Rio de Janeiro para saber o que está acontecendo. Temos muitos embaixadores do Rio de Janeiro, promotores públicos, atletas, engenheiros que moram e podem atestar tudo aquilo que falamos. Outra coisa, os números que você falou do SNIS, eu estou falando de tratamento de esgoto, não de coleta. De coleta de esgoto o estado do Rio de Janeiro tem 65%, os números são públicos, basta olhar no site do SNIS. Todos os nossos números são tirados do site. Se a ABES tem alguma outra fonte de informação, por favor, nos encaminhe, porque nós usamos a fonte real que é a informação dada pela própria CEDAE. Somos sempre criticados pelos números que usamos, principalmente, do Rio de Janeiro. Lembrando que os números são do Rio mesmo, tive essa discussão até com os presidentes da CEDAE avisando que são eles que dão esses números para o ministério de desenvolvimento regional. Eu agradeço sua colocação, reforço que nossos estudos são feitos por pessoas independentes, todos pesquisadores de fora do Trata Brasil da mais alta representatividade, qualquer necessidade. Se você quiser conversar sobre o ranking, apresentaremos a ti toda metodologia, porque ela é altamente reconhecida em todo país. Muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg**, por favor, doutor Guilherme. **Guilherme**. Eu, obviamente, não tenho todo projeto de cabeça, então não tem como eu falar exatamente o que ocorre naquela região específica. Posso dizer que, conforme o Gustavo tratou da questão, foi feito um projeto e uma questão que eu acho que vale destacar que a própria redução de perdas



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



de água que é prevista e projetada pelo projeto para níveis bem menores e mais aceitáveis em linha com o praticado em outras regiões. É como se fosse um manancial que vem sendo perdido de água que poderá ser levada à população. Acho difícil eu comentar exatamente da solução da região, então meu comentário seria esse. **Gustavo**. Complemento o Guilherme, de fato, o projeto é muito grande, a gente não consegue lembrar de cabeça. Mas, nesse caso em específico se não me falha a memória, foi previsto um barramento, a barragem do Guapiaçu, algo desse tipo para regularização de vazão e melhoria da condição de disponibilidade hídrica para região. Mas posso estar equivocado, dado o tamanho do trabalho. O fato é que o plano e outras fontes de consulta relacionadas às condições de recursos hídricos do estado foram analisados, inclusive as preposições desses planos foram absorvidas. Em linhas gerais eu acrescentaria isso. **Arnaldo Goldemberg** Agradeço. Vamos dar a palavra ao Renato Crozara. **Renato Crozara**. Sou engenheiro civil. Primeiramente, queria parabenizar pelos trabalhos, pois, realmente, o estudo é bem abrangente e completo. Tem alguns detalhes que a gente vai ao longo desse processo dirimindo dúvidas, mas tem três pontos que eu gostaria de comentar. Primeiro, se as metas que estão previstas no edital vão ser avaliadas de acordo com o Novo Marco do Saneamento aprovado, porque nele há uma previsão de universalização até 31 de dezembro de 2033 e o que está previsto no edital ultrapassaria essa data, a não ser que tenha aquela prorrogação de sete anos, que é por uma excepcionalidade que está prevista no marco do saneamento. A segunda questão é se esse trabalho que a Concremat desenvolveu vai ser atualizado com o EMOP mais recente, porque ele está em 2018. Queria saber, ainda, se esse estudo pode ser disponibilizado para pessoas que tiverem interesse em fazer uma análise mais aprofundada desse arquivo digital. Esse estudo de Capex e Opex que ele citou, pelo que eu vi na documentação disponibilizada, não está lá. E o terceiro ponto, com relação ao item 2211 131 do edital, que fala sobre a utilização da atestação para captação de recursos financeiros, o dispositivo estabelece uma limitação ao percentual que a empresa tenha no consórcio, de modo que se um dos consorciados que tenha captado R\$ 1 bilhão, mas ele seja sócio no Consórcio em 20%, ele só vai poder considerar o atestado em R\$ 200 milhões. Isso é uma questão que restringe muito a participação dessas empresas, entendo até que dificulta o caráter competitivo, até ferindo o Art. 3º da Lei 8.666/93. Isso é o que eu gostaria de colocar. Agradeço pela oportunidade de participação. **Guilherme** primeiro agradecer as suas perguntas, Renato. Em relação à lei aprovada, você está certo, a gente entende que esse projeto faz uso do novo marco legal, que permite a prorrogação. O texto é bem claro quando ele estabelece como meta em 2033, tem casos quando não é possível essa universalização, e, nesse projeto, pela magnitude, pelo tamanho da impossibilidade de em 12 ou 13 anos se atingir isso. Na verdade isso vai acontecer na maioria dos casos, uma vez que 2033 é uma meta muito difícil de ser atendida na maior parte do Brasil. Não é o caso de algumas cidades, como é o caso do município do Rio, que vai ter esse atendimento em prazo mais acelerado, talvez exatamente em 2033. Mas, no Brasil, como um todo, esse prazo vai fazer uso do limite que a lei estabelece. Os estudos de engenharia estão todos na parte dos planos municipais e dos planos regionais no site da consulta pública. Então, caso você tenha alguma dificuldade de acesso, minha sugestão seria você fazer uma pergunta no âmbito da consulta pública de forma que as pessoas possam responder. Tem todo o trabalho feito, de forma bem detalhada, nesses anos todos. Por último, em relação à atestação, cabe um esclarecimento. Primeiro, queria dizer que concordo com a sua visão de ampliação da competição que é o norte para que não haja qualquer restrição que não seja aquela em função do objeto que estamos tratando aqui. Logo, nosso foco na atestação no tamanho, na capacidade que a empresa tem de aportar. Hoje, o edital que está em consulta pública para debate de sociedade prevê quase R\$4 bilhões que os investidores terão em conjunto que, de fato, aportar de forma mínima na empresa. Quem ganhar vai ter que aportar na empresa que vai operar. Assim, a importância da demonstração de que foi capaz técnica no passado de captar esses



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



recursos. Essa regra de proporcionalidade existe na origem do atestado, ou seja, se alguém da empresa está em outro projeto de infraestrutura que captou um recurso de R\$ 1 bilhão, por exemplo, sendo que ela tinha 30% daquela empresa que captou recurso ela vai ter o atestado de 30%. Mas ao aplicar aqui no consórcio ele entra de forma integral. Então, a sua preocupação fica atendida dessa forma. Não sei se que fui claro, mas essa regra de proporcionalidade ela está mais voltada na origem do atestado. Acho que está tudo respondido. **Arnaldo Goldemberg**, podemos tentar, novamente, o André Dickstein, pois eu não quero desobedecer a ordem rigorosa das inscrições, por gentileza adicione o microfone e o vídeo. **Andre Dickstein** Muito obrigado pela oportunidade. Parabéns a todos pelo trabalho e confiamos muito na seriedade dele. Quero cumprimentar o público presente e a mesa toda na pessoa do Presidente Doutor Arnaldo Goldemberg, Defensor Público Estado Rio de Janeiro. São muitas as questões envolvidas, camadas e ângulos de análise e a consulta pública está aberta, de modo que esperamos ter uma manifestação. Sou André Dickstein, promotor de justiça do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro, faltou me apresentar. Então, são muitas camadas de análise, faremos, certamente, uma análise mais exauriente até o final da consulta pública, mas para hoje eu queria enfatizar as condições de participação pública nessa operação de privatização da CEDAE. Em primeiro lugar, quero parabenizar a prorrogação do prazo da consulta e o agendamento de uma terceira audiência pública. Isso é uma medida muito salutar e importante e que decorre, também, em grande parte, dos meus colegas do GAEMA, Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do MP do Rio, mas também decorre, certamente, da sensibilidade dos organizadores da operação. Eu acho, em primeiro lugar, que houve uma divulgação muito ruim, muito abaixo do razoável para esta oportunidade de participação pública. Ao que parece, há cerca de 200 pessoas presentes na reunião e ainda umas 100 pessoas em Youtube, portanto, grosseiramente, eu estimo 300 pessoas participantes. Número baixíssimo para a relevância do assunto e para abrangência populacional do assunto, que passa de quinze milhões de pessoas envolvidas, de modo que uma participação de 200/300 pessoas é um número muito baixo. Por que a divulgação está ruim? Porque, basicamente, houve uma divulgação de Diário Oficial das audiências públicas e da consulta pública e não há nada sobre a consulta e as audiências no site da Câmara Metropolitana, da região metropolitana do Rio de Janeiro, não há referência às consultas e às audiências no site do Governo do Estado, não há referência no site da CEDAE, da ALERJ, e não há referência no site do BNDES. Se fizermos uma consulta pesquisando no Google escrevendo como critério de pesquisa “consulta pública CEDAE”, não encontraremos a página oficial da consulta pública. Hoje, refiz toda essa pesquisa e confirmei. Então, é uma divulgação muito abaixo do necessário, o que se reflete no número baixo de participantes na ocasião. Então, nós estimulamos os organizadores que reforcem a divulgação em todas as primeiras páginas dos canais oficiais de internet dos envolvidos, CEDAE, BNDES, ALERJ, estado, o consórcio, por exemplo, a Concremat, enfim. Quanto à plataforma do zoom, é boa medida replicar essa reunião no YouTube, é uma ótima medida. Entretanto, será que quem está no YouTube agora, sabe que o canal oficial da reunião não é o YouTube, é o zoom? Será que as pessoas que estão fazendo comentários no YouTube sabem que os comentários lá não serão considerados na consulta pública? Então, você que está escrevendo no YouTube os seus comentários não serão recebidos. Para ser considerado na consulta pública, você precisa fazer o seu comentário no Zoom e isso não está esclarecido. Então, quando a gente replica no YouTube a reunião, isso pode induzir em erro os participantes que estão pelo YouTube e não sabem que lá é só uma ampliação, não é o espaço oficial do ato. O e-mail da audiência pública para tirar dúvidas está funcionando bem, fiz esse teste, estou desde o início da reunião em contato com a Procuradoria do Estado, pedindo ajustes, então o e-mail está funcionando bem. Entretanto, muitas pessoas, como eu, chegaram no Zoom com uma plataforma em inglês, o que é um fator de limitação do acesso à ação pública, então precisa estar em português. Depois eu provoquei e chegou o passo



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



a passo, como converter para o português, mas precisa ser ajustado. Existe um tutorial para participar da audiência pública pelo Zoom, mas esse tutorial não condiz com a plataforma que encontramos hoje, portanto é preciso um ajuste no tutorial. Também não há condições de visualizar os demais integrantes da audiência pública. Audiência pública é um ato multilateral onde todo mundo se encontra. Nestes caso, a Webinar, que é um modo de comunicação de mão única, limita muito a compreensão do público sobre o ambiente realmente que se situa, quem são os seus interlocutores e quem está presente. Pedimos, sabemos que a Procuradoria do Estado tem esse compromisso, mas eu reforço aqui a necessidade de que todas as contribuições dos cidadãos sejam levadas em devida conta. Não é preciso responder cada contribuição, mas sim blocos temáticos de contribuição, com certeza precisam de resposta. Esse balanço da participação pública precisa constar do site oficial da consulta. Por fim, deixo aqui um questionamento que me pediram para veicular que sobre onde estariam os levantamentos da Concremat sobre as áreas com e sem coletores de esgoto. São informações relevantes, até para composição do painel de saneamento básico do Ministério Público do Rio de Janeiro, então, se for possível, nos indiquem onde está esse dado, queremos o acesso para, inclusive, incorporar ao painel de saneamento básico. Então, deixo essa pergunta e esses comentários instrumentais para a participação pública ocorrer de maneira esportiva, de maneira regular e para que o grande público envolvido e interessado nessa matéria possa realmente se apropriar do assunto. Eu estive em uma audiência pública na ALERJ sobre saneamento básico e o Secretário de Estado de Meio Ambiente colocou muita ênfase, falando, inclusive, diretamente para Maitê Proença, que o grande projeto da secretaria é um projeto de educação ambiental, pois eu digo o seguinte: este é o grande momento de educação ambiental. Então, precisamos envolver o público, colocá-lo a par disso, para que se aproprie dessa temática que é básica e essencial. Para tanto, é fundamental proporcionar ampla divulgação e participação e não há nada mais educativo do que isso para pasta ambiental. Muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg** Muito obrigado, André. Suas considerações serão levadas e, eventualmente, algum ajuste fino que ainda seja necessário será adotado. Passo a palavra para o Marcelo Lopes e, certamente, o Guilherme também fará considerações sobre a questão técnica. **Marcelo Lopes** Quereria agradecer a contribuição do André, como sempre muito pertinente. Como eu disse desde o começo, esse é um processo sujeito a aprimoramentos, a participação pública é importante. Ocorre que, devido à complexidade do tema por se tratar de uma concessão pública em que o maior alcance do serviço dependerá de conceitos e aprimoramentos técnicos, como as discussões a respeito de bacias hidrográficas, tarifas, equilíbrios; são assuntos cuja a solução será alcançada mais em função de um debate técnico complexo. Então, não é uma coisa muito simples, o próprio consórcio junto com o BNDES e a procuradoria se deparou com questões extremamente profundas. Surgiram dúvidas e nenhum de nós, por mais que tivéssemos um amplo conhecimento, chegou a uma solução tranquila. Então, é importante sim a participação popular, nós estamos buscando e aprimoraremos o debate que será amplificado a partir de hoje. Nós tivemos a própria extensão da consulta, atendendo tanto o Ministério Público quanto aos investidores interessados. Aprofundaremos cada vez mais a participação e acho que temos esse compromisso já registrado e estamos em atendimento, obrigado. **Guilherme Albuquerque**. Toda parte de estudos feitos pela Concremat, tanto a parte de diagnóstico, como a parte do projeto, encontra-se lá nos planos municipais, no Plano Regional da Região Metropolitana. É o que eu falei um pouquinho anteriormente, com relação ao que está embaixo da terra, o que está sendo utilizado são a base de informações que a CEDAE disponibilizou. Do ponto de vista do contrato, ele dá essa segurança, de que caso o dia a dia mostre em um determinado período de tempo, que não é o que está ali, há então um reajuste do contrato para se adequar a realidade. Mas todas as premissas utilizadas estão nos planos, até porque o plano municipal e o plano regional precisam conversar com o contrato. Caso o Ministério Público necessite de mais



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



informações, estamos totalmente abertos a passar e a debater todas as partes do projeto. **Arnaldo Goldemberg** Vamos dar a palavra para a Sra. Suyá Quintslr. **Suyá Quintslr.** Eu farei a minha apresentação, eu sou professora de Gestão Pública do UFRJ e do programa de pós-graduação em planejamento Urbano e regional e venho estudando saneamento no Rio de Janeiro há alguns anos, pelo menos desde a minha tese de doutorado. Eu tinha uma fala que era mais técnica, por conta dessa trajetória, mas ao longo da audiência eu mudei um pouco. É muito difícil fazer uma fala mais aprofundada em 5 minutos. Além disso, estou recebendo muitos WhatsApps de conhecidos pesquisadores, movimentos sociais e pessoas que não estão conseguindo ingressar no Webinar. Queria saudar e agradecer a fala do promotor André, pois eu acho que todo esse processo está muito complicado online, remotamente, em tempo de Pandemia. Então, em primeiro lugar, eu queria expressar meu total desacordo com o fato desse processo ocorrendo de forma apressada, em meio uma pandemia. Existe uma inadequação desse ambiente virtual, nem todas as pessoas estão acostumadas com o Zoom, nem todas as pessoas têm internet banda larga e sem internet banda larga você não consegue participar de uma reunião como essa. É necessário ter câmera, porque, se não ligar o vídeo não participa e vimos pessoas aqui tendo dificuldades com isso. E deixar então esse registro de grande número de pessoas que está tentando ingressar e falando comigo que não está conseguindo ingressar. Nesse sentido, acredito que a população mais interessada, que é a população que está sem água na Baixada Fluminense, na periferia metropolitana, São Gonçalo, em outros municípios menores, também está excluída desse processo de consulta pública. Excluída, porque as operadoras de telefonia celular e de internet banda larga, privadas, que teoricamente seriam eficientes, segundo a fala de vocês, muitas vezes estão deixando essa população da periferia com internet muito ruim e falha e, muitas vezes, fica a cargo, na verdade, das milícias no Rio de Janeiro. Em segundo lugar, não poderei aprofundar essa questão, mas eu acho que cabe uma pesquisa, porque foi muito dito que esse projeto vai inspirar outros projetos no Brasil e no mundo, mas eu acho que a gente devia fazer uma pesquisa para se inspirar. Pedirei a minha licença de professora, para pedir para as pessoas pesquisarem, tantos os elaboradores do projeto, quanto as pessoas que estão aqui nos escutando, porque como é o Léo Heller, que é professor e pesquisador da Fiocruz, sempre coloca e isso está em diversos artigos e publicado em revistas internacionais, avaliado por pares: a universalização do saneamento no mundo, em nenhum lugar do mundo, ela se deu através de investimento privado, ela se deu através de investimentos públicos e depois, muitas vezes nas décadas de 80/90, o saneamento foi privatizado em alguns lugares. Então, eu acho que essa afirmação, essa retórica que está sendo colocada aqui, segundo a qual seria o investimento privado que levaria à universalização, carece de comprovação. Além disso muitos dos locais onde foram privatizados, hoje em dia, no mundo inteiro muitas cidades, mais de 300, estão remunicipalizando os serviços por diversos motivos, ou seja, trazendo de volta o serviço para o setor público e eles estão fazendo isso, são mais de trezentas cidades, eu posso depois deixar o chat, está desabilitado, mas eu posso deixar alguns links dessas instituições que fazem essas pesquisas no chat do YouTube. Por exemplo, Paris, que foi uma decisão político- ideológica de que água não é mercadoria e não se deve lucrar através desses serviços e que, apesar deles funcionarem bem, você com a remunicipalização poderia baixar a tarifa, uma redução de tarifa que efetivamente foi feita com a remunicipalização. Em Buenos Aires e várias outras cidades do sul global, cidades desiguais, como a gente tem aqui no nosso estado do Rio de Janeiro, a remunicipalização ocorreu por outros motivos e principalmente por incapacidade do operador privado a incapacidade do operador privado de atender as áreas mais pobres da cidade, na literatura internacional se diz que a as operadoras privadas selecionam as áreas lucrativas e se usa o termo em inglês “*Cherry-picking*” para mostrar que priorizam as áreas lucrativas e não as áreas que são deficitárias do seu ponto de vista, então também uma pesquisa no Google “saneamento *Cherry-picking*”, ajudaria bastante. Por último,



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



quero fazer uma pergunta sobre o financiamento, que foi dito aqui pelo senhor Guilherme, se eu não me engano, que não haverá investimento público, tudo será investimento privado, mas há dois dias o próprio presidente do banco no qual ele trabalha afirmou ao jornal O Globo que não faltará investimento em reais a longo prazo para o setor de saneamento. Então, esse investimento vai vir do setor público, a longo prazo, provavelmente a tarifas baixas, porque tem interesse público, mas para as companhias privadas. Portanto, eu acho que tem um jogo de palavras que também precisa ser maior esclarecido. Por fim, eu acho que estou chegando em 5 minutos, queria expressar também o meu total desacordo a fala do Marcelo, eu não sei o nome dele, de que esta é uma questão puramente técnica, a população tem sim que participar e ela não participar é um problema desse projeto e processo, é um vício e é um equívoco achar que o saneamento trata só de questões de técnicas que a população não tem capacidade de compreender. Nós, como professores, e vocês como elaboradores de um projeto que vai afetar a vida da população, vocês têm sim que conseguir traduzir isso para a população em linhas gerais e, traduzindo em linhas gerais, o que tem ocorrido no mundo é aumento de tarifa e desconexão dos mais pobres desse sistema. Muito obrigada. **Guilherme Albuquerque**. Se essa dúvida surgiu, então talvez a minha fala não tenha sido clara, quando eu falo em recurso privado é que não haverá aporte do orçamento do estado ou dos municípios para realização desses investimentos, ou seja, caberá ao setor privado buscar os recursos financeiros para fazer as obras. Assim, é importante esclarecer que o BNDES tem como, talvez um dos seus principais focos a questão do saneamento. Então, assim como nós damos crédito a todos os tipos de operadores, esse projeto o banco está sim apto a apoiar financeiramente, a partir de empréstimos, que serão evidentemente pagos. Então, a pergunta veio em um bom momento e, se não deixei claro peço desculpas. **Marcelo Lopes** Só queria deixar claro aqui, que, como foi já registrado, foi pego uma parte da minha fala e separada do contexto. Eu disse que nós estamos aqui trabalhando para atender a ampla divulgação do projeto diante de todas as sugestões já mencionadas e importantes para chegarmos a todas pessoas possíveis neste cenário. Disse, apenas, que o modelo em si tem questões extremamente complexas, que não poderão e não conseguirão ser solucionadas pela participação pública no cenário que foi colocado, em razão da **Guilherme Albuquerque**. Agradeço ao Gabriel, porque esse é um ponto importante para esclarecer: a divisão de responsabilidade. A CEDAE tem esse papel de captação de água no sistema da Região Metropolitana, Guandú, Laranjal e Lages, e existem a pontos de entrega que estão estabelecidos. Evidentemente, esses pontos de água poderão ser expandidos, caso as concessionárias entendam que há outros pontos de água de recebimento que precisam ser monitorados, já que estamos falando em um sistema em rede que não é um tubo de água que tem as suas conexões, mas um sistema que se comunica em diversos pontos para equipe técnica de operação da CEDAE. Já indicando esses pontos principais, ou seja, a responsabilidade até aquele ponto é da CEDAE, a partir dali é do concessionário privado. Em outras palavras, as medições do volume de água que está sendo fornecido, a qualidade da água fornecida naquele ponto e depois a qualidade da água que vai para população. Então, dessa forma se consegue ter muito clara a responsabilidade que vem de cada um. Do ponto de vista também pertinente sobre o volume de água, sabemos que muitos locais do estado sofrem com a questão do abastecimento. Como está pensada a questão da ampliação da capacidade de água? Em duas vertentes, a primeira é a redução de perdas de água, que hoje acontece seja com roubo, seja com furto ou canos que precisam ser trocados, existe uma previsão de redução de perdas que gerará um volume de água que será redistribuído para população. Mas também a CEDAE já tem esse trabalho feito, de ampliação do sistema Guandu, a captação e o tratamento permanece com a CEDAE, então ela tem a responsabilidade de ampliar o sistema e fornecer o volume de água demandado pelas empresas privadas. O edital e o contrato preveem, nos primeiros anos, o volume já pré-definido mínimo de fornecimento de água, depois, em um



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



programa de monitoramento contínuo, esse planejamento que sendo construído do volume de água fornecido, de tal forma que é assegurado que o volume necessário seja entregue. **Arnaldo Goldemberg.** Obrigado, professor Gabriel Araújo. Muito obrigado, Guilherme. Na sequência Fábio Gradel. **Fábio Gradel.** O meu ponto seria basicamente em relação a uma questão, até um pouco antiga, que é com relação ao certificado dos fundos de privatização que são previsto na lei do programa de desestatização de 1995, porque foram emitidos vários certificados para uso na eventual alienação de participação societária ou de ativos de empresas do estado. Nós sabemos que há no mercado vários detentores, eu sou advogado e represento alguns desses detentores de certificados e que buscam há algumas décadas a utilização desses certificados. Hoje no mercado não é um valor muito elevado, diria em torno de R\$ 100, R\$ 150 milhões de saldo que não foram utilizados na época daquelas desestatizações na década de 90. Eu verifiquei que não há nenhuma previsão no edital de utilização desses certificados, minha pergunta ou sugestão, seria: por que não incluir como previsão no edital? Até para escoar esses títulos, resolver essa questão que já dura décadas e permitir que os detentores desses certificados possam utilizá-los em consórcio com outros participantes e usar esses certificados como forma de pagamento, parcial, com a limitação de 10%, 5% do valor total da oferta, de modo que isso sirva como uma forma de escoar esses certificados que estão nos balanços das empresas há muitos anos sem poderem ser utilizados. Para o estado também acho que é conveniente, porque ela vai dar baixa nessa dívida interna em relações a esses certificados e não haverá nenhum grande impacto em relação ao valor que está sendo ofertado agora em licitação via concessão, é um valor pequeno, relativamente falando, não representa 10% do previsto para essa licitação. Então, gostaria de saber a opinião de vocês do painel ou, ao menos, como sugestão para eventual retificação ou alteração do edital que evitará uma impugnação ou até um questionamento judicial de permitir a esses detentores a utilização desses títulos, como foi comentado aqui por um outro participante. A gente quer evitar, mais uma vez, por uma questão pontual até isso travar a operação por meio de uma suspensão liminar obtida em alguma ação judicial. Então, seria muito mais conveniente, no meu ponto de vista, simplesmente isso ser já previsto no edital com o devido regulamento, com limitações, de forma a atender a todos. **Arnaldo Goldemberg.** A questão é atinente à modelagem jurídica, então passo a palavra para o Fernando Vernalha. **Guilherme Albuquerque.** Vamos analisar aprofundar o tema como contribuição, mas lembrando que estamos falando de uma concessão, não de privatização, mas, então não consideramos nessa modelagem o programa de desestatização justamente por não estar sendo feita uma venda da companhia. Mas, nos debruçaremos sobre o tema. **Fernando Vernalha.** É isso mesmo, Guilherme. Embora, inicialmente, tenhamos estudado a possibilidade de alienação do controle da CEDAE, o modelo de negócio que veio a prevalecer foi o de concessão, então a CEDAE seguirá existindo fazendo o serviço *upstream*, de modo que nos pareceu que não faria sentido essa previsão em razão do modelo de negócio adotado. De todo modo, vamos analisar, é uma contribuição que merece ser estudada e se tiver pertinência pode vir a ser implementada. **Arnaldo Goldemberg.** Abertura de palavra para o senhor Humberto Lemos de Lemos. **Humberto Lemos de Lemos.** Boa tarde, meu nome é Humberto, sou presidente do Sindicato de Saneamento do Rio de Janeiro. Quero deixar registrado aqui a nossa indignação com a metodologia que está sendo implementada com essas audiências públicas virtuais e informar que entramos várias ações na justiça, inclusive entendemos que esse espaço que foi aberto para mais uma audiência foi um trabalho que nós viemos fazendo. Não há condições de estarmos participando efetivamente. O sindicato está recebendo centenas de ligações para participar, muito trabalhador que não tem como acessar pela internet, porque, inclusive, vem em inglês. Outra coisa para deixar registrado, a CEDAE é uma empresa de excelência que foi referência em 2018/2019 pela revista Exame. Uma empresa que teve um lucro em 2019 de mais de R\$1 bilhão. Houve um investimento agora na AP4, nas obras do Pan, das



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



Olimpíadas e da Copa do Mundo de mais de R\$ 3 milhões, então é possível dizer, como fala o Instituto Trata Brasil, que está trazendo dados totalmente equivocados, então temos, sim, dados para mostrar a eles. A CEDAE é uma empresa que está fazendo um grande investimento, inclusive na Baixada Fluminense. Vemos uma mesa em que está o Instituto Trata Brasil, que fala em nome das empresas privadas, e não tem ninguém da sociedade e que também faça o contraponto, por isso nós estamos entrando na contramão. Como falou a Suyá, existem 345 empresas no mundo que voltaram para o estado e para o município, só no Brasil são 78 empresas voltando para o estado. Então, não é essa maravilha que estão alardeando essa questão da privatização. Coloque isso porque, nós vimos muito bem, nessa modelagem, mais de 20 municípios não aceitaram, inclusive na fala do procurador da Prefeitura, foi colocado que o Rio de Janeiro corresponde a 77% da arrecadação da CEDAE. Como é possível desmembrar o Rio de Janeiro em 4 pedaços? E as bacias hidrográficas? Por isso, estamos preocupados e, na nossa visão, o BNDES fez de forma unilateral, porque, conversando com Conselho de Administração da CEDAE, disseram-me que, em 2019, não houve nenhuma reunião com BNDES para fazer esse estudo, então há questões que precisarão ser esclarecidas. E outra coisa, que é a minha pergunta para a quem de direito for, vocês estipularam na venda da CEDAE o metro cúbico a R\$1,40, só que vocês não tiraram da base de cálculo, não lastrearam que a CEDAE e o governo do estado, tem um déficit de R\$ 1,4 bilhões no nosso plano previdência complementar e que existem 38 mil ações judiciais contra a CEDAE. Então, quando colocaram a R\$1,40 o metro cúbico que a CEDAE comercializará, não levaram em consideração R\$1,4 bilhões que é o déficit que o Governo do estado deve ao nosso plano de previdência complementar, assim como as 38 mil ações judiciais. Quem pagará por isso? A CEDAE ficará no passivo, ficará no vermelho. Ocorrerá o que aconteceu com o BANERJ: o Itaú comprou o lado bom e até hoje o estado paga o pessoal, assim como o pessoal do metrô, o pessoal do trem, e o pessoal da barca e aquelas privatizações não deram certo. Então, estão cometendo um crime contra a população do Rio de Janeiro. Como acharam o metro cúbico a R\$ 1,40? Eu gostaria que os estudiosos, se puderem, respondam. Por fim, informo que o sindicato está à disposição e já tem um estudo que, no mínimo seria, R\$ 2,50. Muito obrigado e boa tarde. **Guilherme**. Boa tarde, Humberto. Em relação à parte do estado, não tenho como me posicionar. Em relação ao preço da água, como que foi estabelecido? Primeiro, é um valor que a CEDAE já pratica hoje em um patamar similar em Niterói e que inclusive está em estudo e avaliação pela própria CEDAE. Nós estamos ajudando nesse suporte para assegurar o equilíbrio da companhia, mas é uma discussão da CEDAE com o estado, na qualidade de acionista majoritário, todas essas questões de fluxos para assegurar a viabilidade desses passivos que o Humberto colocou. Então, o valor vem muito mais de um ponto de vista de custo de operação, superior ao custo de operação da CEDAE, mas o Humberto está correto que isso tem que ser considerado, assim como toda a situação dos passivos existentes, de modo que é uma preocupação legítima. A CEDAE tem feito um trabalho para assegurar isso, mas, para mais detalhes, eu passaria a palavra para o procurador do estado se quiser complementar. **Arnaldo Goldemberg**. Passo agora a palavra para o Luiz Bortolotto. **Luiz Bortolotto** Boa tarde e agradeço a todos. Quero parabenizar aos órgãos e profissionais envolvidos e aos demais cariocas e brasileiros, sabemos da importância da realização desse feito. Portanto, eu estou me colocando como administrador que sou e empresário, já há mais de 20 anos a nossa empresa presta serviço para o estado e na época preferimos a conversão desses créditos em precatórios, preferimos transformar esses créditos, adquirimos cotas do fundo de privatização, acreditando que seria uma forma de realizar o nosso crédito, mas, até hoje, estamos aguardando oportunidade. Então, eu gostaria de fazer nossas palavras do Grandel, que eu tomei conhecimento da representação dele e demais detentores de cotas do fundo. Gostaria de ratificar a sugestão dele, uma vez que o nosso entendimento é o de que não estaria havendo apenas alienação de bens, mas sim alienação de direitos, como está



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



previsto na lei. Então, acredito que de uma forma ou de outra seria uma oportunidade interessante para que o Governo solucionasse esse débito que ele tem com a população. Eu tenho a minha família e a minha empresa e estamos há 20 anos com isso lançado no nosso balanço esperando um resultado, então, para nós, é muito significativo, acredito que para outros detentores também. Fica nossa sugestão para revisão, uma vez que parte dos créditos irão diretamente para o estado, da outorga fixa. Boa tarde a todos. **Arnaldo Goldemberg**. Agradeço suas sugestões, o tema já foi abordado anteriormente, e conforme as indicações do chefe de departamento do BNDES, Guilherme Albuquerque, e Fernando Vernalha, que fez a modelagem jurídica, mas as questões levantadas serão analisadas aqui no projeto de concessão. Indicaremos, agora, os próximos inscritos, que já chegou aqui uma lista com o encerramento do primeiro grupo de inscritos, não há muitos inscritos a mais. Então, farei a leitura dos próximos inscritos, porque há uma quantidade que se inscreveu e depois abriu mão da inscrição. Os próximos são: Giancarlo, Eduardo Pereira, Mayara Horta, João Marcos Silva, Tiago Mohamed Monteiro e Danilo Cerqueira. Abro a palavra, então para, Giancarlo Ronconi. **Giancarlo Ronconi**. Sou engenheiro civil talvez não tenha sido falado sobre o *upstream* e o *downstream*, pelo que eu entendi, a entrega da água do Guandu vai ser no reservatório Marapicu e de lá partem oito grandes adutoras que vão atravessar a várias cidades e atender a diversos blocos. Na sequência ou em paralelo, quem operaria as adutoras de água tratada partindo do Guandu a partir do Marapicu? **Arnaldo Goldemberg**. Basicamente, por ser uma pergunta técnica. Guilherme Albuquerque. **Guilherme Albuquerque**. A CEDAE é responsável pela entrega da água nesses pontos que eu comentei, a partir dali o concessionário é responsável pela operação e manutenção da água nos trechos de adutora de rede que passam no seu território de operação. Então, dentro daquele trecho quem opera o sistema é responsável pela operação e pela manutenção. O chamado contrato de interdependência regula muito dessas obrigações de parte a parte, assim como há um comitê de centro de controle que vai monitorar as vazões de água que vão de blocos a blocos e há, ainda, uma governança já estabelecida para eventuais conflitos que existam entre os blocos no que tange a medição da água. Então, respondendo, sem entrar especificamente no local, eu peço desculpas, mas eu não lembro de cabeça, o conceito é esse e ele que se aplica a pergunta feita, até o ponto da medição de entrega da água a CEDAE é responsável e, partir daí, são os concessionários, sendo que cada concessionário de cada bloco é responsável pelo trecho que passa pela sua área de atuação. **Gustavo Prado**. Complementando o que o Guilherme falou, sobre o sistema de adução de água do sistema produtor Guandu, é bastante complexo, então esses pontos de medição e entrega de água foram bastante conversados com a CEDAE, mas, de fato, existe uma regra de governança e uma câmara técnica pelas concessionárias para tratar dessa questão da gestão compartilhada, porque a gestão é, realmente, compartilhada no caso das adutoras e subdutoras de grande porte. **Arnaldo Goldemberg**. Passo a palavra ao Eduardo Pereira. **Eduardo Pereira**. Boa tarde. Sou engenheiro da Fundação Rio-Águas, estou há nove anos no município e trabalhei 6 anos na CEDAE, então vou procurar ser bem objetivo com relação ao município do Rio de Janeiro. Nós temos uma população perto de 7 milhões de habitantes, a parte da população do estado do Rio de Janeiro gira em torno de 16 milhões, isso significa que 45% da população habitam e estão morando dentro do município do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem muitas áreas e muita carência ainda de saneamento básico, nós temos o olhar geralmente para dentro dos bairros mais populosos, mas, se começarmos a olhar as comunidades e as favelas que ainda não dispõem do serviço, veremos que há muito que se fazer dentro do município do Rio de Janeiro. Esse modelo do BNDES que faz um rastreamento do município para atender outros municípios ele acaba prejudicando uma coisa que ainda não existe que é o saneamento universalizado dentro do município do Rio de Janeiro. Isso me parece, até certo ponto, uma covardia por parte desse modelo, porque temos muito o que fazer. Do mesmo modo, onde existe saneamento, também é



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



sabido que é uma rede muito antiga que está muito próxima a falência e que, muitas vezes, não leva a lugar nenhum. Então, acho que o município tem que se posicionar e apresentar, enfim, ser ouvido para uma proposta mais efetiva em termos de saneamento básico. A gente tem um modelo que foi adotado na AP-5 que é uma grande região do Rio de Janeiro, perto de 2 milhões de habitantes, que está funcionando dando resultado em momento algum isso é parece que é considerado neste estudo. O município tentou fazer uma concessão semelhante na AP-4 e foi barrado por questões jurídicas, então a minha pergunta é a seguinte: será que não está na hora da gente chegar em um acordo entre município e estado e trazer isso para uma mesa de debates mais ampla, mais específica, dada as singularidades dentro do município? Temos não só o problema de saneamento, mas o que impede eles de implantar, muitas vezes, é a violência na cidade, portanto muitos fatores a serem considerados. Uma questão que eu também gostaria de apresentar em relação aos projetos, eu trabalhei 6 anos na CEDAE e sei que ela dispõe de projetos em todas as áreas, em todos os municípios do Rio de Janeiro, mas que nunca saíram do papel por falta de recursos que existem, mas que não são canalizados, especificamente, para o problema de saneamento básico do estado. E é essa a minha colocação. Agradeço pela oportunidade. **Arnaldo Goldemberg.** Eu acho que é o Guilherme Albuquerque, correto? **Guilherme Albuquerque.** Eu não posso falar sobre as tratativas da relação estado e os municípios, nós não participamos dessas conversas, acordos e discussões. Mas os números passados estão corretos e perfeitos, ou seja, de fato a maior parte da população está concentrada no município do Rio, o que eu poderia dizer é que a gente privilegiou, sim, o município do Rio, ele tem metas mais rápidas, tanto na parte de água, quando da parte de esgoto, as exceções são os municípios do entorno do Guandu que, justamente, pela questão da qualidade água, que também é afeta ao município do Rio, tiveram a antecipação dos investimentos feitos em função dos problemas do Guandu. Mas, tirando isso, ele está considerado, o município do Rio é o município que tem maior volume de metas mais cedo e também o maior volume de investimentos. Estamos falando na ordem de R\$8/9 bilhões em investimentos somente no município do Rio de Janeiro.; além de que há, ainda, aquele R\$1,8 bilhão relacionado às áreas irregulares, como valor mínimo investido, de modo que estamos falando a ordem de R\$10/11 bilhões somente destinados ao município do Rio, que já é um município que, comparativamente aos demais, já tem um dos melhores índices de atendimento. Portanto, há, sim, uma priorização dos investimentos e uma antecipação das metas no município do Rio. É evidente que o projeto tem esse olhar regionalizado de atender todo o estado e não deixar de fora os municípios menores. Então, o que podemos dizer é que estamos conversando no fórum técnico com o município do Rio, deixando de forma que fiquem claros para todo mundo os investimentos feitos, conhecemos o projeto da AP-5 e a divisão do nosso projeto, inclusive, segue um pouco o conceito da AP-5. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado. Passamos a palavra para sra. Mayara Horta. **Mayara Horta.** Boa tarde, sou cientista ambiental, formada pela UFRJ, com mestrado na mesma instituição e sou militante do setor ecossocialista do PSOL. Resolvi me inscrever para falar na audiência pública para deixar, primeiramente, registrado a importância desse debate, mas como várias pessoas já falaram, manifestar o meu descontentamento com esse formato de audiência pública. Acredito que um debate desse nível necessita de uma discussão presencial mobilizada, mesmo que muitas pessoas estejam acompanhando pelo YouTube, há essa dificuldade real de mobilização e participação da população. Ontem, houve mais um exemplo, a nível nacional, dessa mesma conduta de um debate tão importante e vital para nossa população. Como é a questão da distribuição de água e do saneamento ambiental de esgoto para nossa população, no Brasil, e no Rio de Janeiro não é diferente. Dito isso, eu queria deixar aqui registrado a minha opinião, que as próximas audiências que estão marcadas devem ser reconsideradas para um processo posterior a essa calamidade que estamos vivenciando com a Pandemia, onde já temos uma agenda muito maior de lutar pela garantia da



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



vida da população. Queria defender também que, neste momento, pensássemos nessa crise toda, então colocar algo tão importante como é o esgotamento sanitário e a distribuição de água nas mãos do setor privado, eu acho um grande equívoco, como já foi colocado aqui pela companheira Suyá, os exemplos todos de processos de remunicipalização ao redor do mundo. Então, acho que tenhamos que aproveitar e debater isso muito seriamente com a participação da sociedade e das instituições públicas. Acredito que, ao invés vez de buscarmos uma parceria com iniciativas privadas, temos que aumentar a participação das instituições públicas, especialmente das universidades federais que fazem um trabalho de monitoramento da qualidade de água e também do recorte da população que é mais ou menos atingida com o problema de saneamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dito isso, além dessa preferência moral pela coisa pública, pelo bem comum como é a água. Água não é mercadoria, não pode ser entendido como tal, é um direito da população e eu queria entender um pouco qual é a lógica da gente vender a CEDAE, que é uma empresa que traz tanto lucro para o governo. Por exemplo, eu sei que a gente tem um passivo muito grande da empresa, eu gostaria de saber se esse passivo vai ser repassado para o estado, no caso da concessão da empresa, parece que a gente teve, nos últimos 5 anos, um lucro de R\$ 2,7 bilhões na empresa. Eu queria saber se, dentro dos cálculos da venda, esse dinheiro que o estado recebe ao longo do tempo não seria muito mais interessante e lucrativo que a concessão. Lembrando que estamos falando de um período muito longo, de mais de três décadas de concessão, então para enfatizar a importância desse debate. **Arnaldo Goldemberg**. Obrigado. As suas sugestões serão encaminhadas. Gostaria, ainda, de asseverar que a recente Lei nº 14.010/20 reafirmou a legitimidade do e-conference. Neste momento de pandemia, realmente, não há possibilidade de uma audiência pública desse porte ser realizada presencialmente, submeteríamos um grande número de pessoas aos riscos de contaminação. Pensamos e, de fato, seria realmente desejável a presencial, mas os riscos nos levaram a realização pelo sistema de videoconferência. Fizemos da melhor forma para todos, seguimos abrindo a palavra a todos, tal qual em um ambiente de auditório, e todas as sugestões estão sendo gravadas, assim como é realizado no modo presencial. Portanto, a manifestação aqui é semelhante ao modo presencial. Passo a palavra ao representante do BNDES. **Guilherme**. Acho que não houve pergunta. Não se discutem os números, não se discutem os fatos. A CEDAE é, sim, uma empresa lucrativa. Acho que o estado, melhor do que ninguém, pode se posicionar com relação ao porquê estar fazendo esse processo. Eu diria que o saneamento, na nossa forma de ver, não deve visar apenas o lucro. Acho que um ponto primordial é assegurar a prestação dos serviços e os investimentos. Como também foi dito na fala, a CEDAE tem alguns passivos importantes, eu acho que, como cidadão, a discussão deveria centrar em qual a melhor forma de os serviços chegarem para todo mundo. Diversas manifestações foram colocadas justamente com relação a necessidade de se investir, eu desconheço pessoalmente uma outra solução que vai levar a esse investimento de R\$ 33,5 bilhões contratualizados, com obrigações a serem atendidas. Eu acho que essa é a discussão central. Em relação ao passivo mencionando, é uma discussão que fica mais para o estado, o que eu posso dizer que é que o Governo do Estado está preocupado com isso, tem conversado, na condição de acionista majoritária da CEDAE, com a alta administração da companhia que também tem cumprido seu papel de forma muito profissional, apontando as suas preocupações da companhia, de modo que a questão está sendo tratada no âmbito da CEDAE com o Governo do estado do Rio. Mais do que isso, é fugir um pouco da alçada que cabe ao banco, que é o desenho técnico da solução. **Arnaldo Goldemberg**. Muito obrigado, eu passo, agora, a palavra ao próximo inscrito, João Marcos da Silva. Ele abriu mão da inscrição, desistiu. Então, passo a palavra agora para o conselheiro e Presidente da AGENERSA. **Tiago Mohamed Monteiro**. Boa tarde a todos. Boa tarde, doutor Arnaldo. Cumprimento a todos os presentes na mesa virtual. Queria dizer que eu estou representando a AGENERSA, juntamente com os outros técnicos da



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



agência, de modo que estamos, desde o início da audiência, acompanhado, atentamente, as exposições. Nós recebemos os documentos da consulta pública e a decisão do Conselho Diretor foi a de, imediatamente, montar um grupo de trabalho formalizado por uma publicação no Diário Oficial, para que assegurássemos a plena transparência de todo processo da AGENERSA. Nós entendemos, também, que todos os aspectos regulatórios que nós devemos analisar dentro desse processo carecem de informações além do que está no edital. Achamos fundamental conseguirmos, ao longo desse processo de consulta, ouvir o que os municípios e a sociedade dirão para que possamos entregar o nosso trabalho ao final da consulta de maneira isenta e autônoma que é o que se espera da agência reguladora. Na verdade, eu não tenho nenhuma pergunta neste momento, era mais para colocar o posicionamento da AGENERSA dentro desse processo de consulta pública. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado, Tiago. Tenho certeza de que a contribuição e a participação AGENERSA será essencial nesse projeto deste a fase da consulta pública e toda a sua constituição, até a concessão da atividade. Tiago é um grande operador do conselho, integrante bastante experiente e vem atuando de forma bastante efetiva na busca pela melhoria no atendimento em saneamento para população do estado do Rio de Janeiro. Indico que as regras da audiência pública, as regras para manifestação passaram a constar agora do site da consulta pública. Todas as regras que eu divulguei desde a abertura da audiência já foram reduzidas a termo e constam no site da consulta pública. Passo a palavra agora ao senhor Danilo Cerqueira. **Danilo Cerqueira.** Primeiramente, boa tarde. Meu nome é Danilo, sou estudante de doutorado da UERJ, professor de geografia do município de Tanguá e morador do município do Rio de Janeiro. Primeiro, eu gostaria de saudar os senhores projetistas. É importante lembrar que vocês estão defendendo um projeto que em nada afetará a vida de vocês diretamente, mas que afetará a vida de milhões de cariocas e fluminenses, logo, é importante que vocês não ignorem as contribuições dessas pessoas e as respondam com dignidade, seriedade e honestidade, sem pressa. Quando eu digo honestidade eu quero dizer o seguinte, quando vocês não souberem a resposta, digam: não sei. Então, eu tenho quatro questões para vocês comentarem e eu gostaria que mais gente além do Guilherme comentasse e, principalmente, que anotassem as questões para não esquecerem enquanto eu vou falando, porque dentro desses cinco minutos eu vou fazer uma mini contextualização e realizar questionamentos. A primeira questão tem relação com as mudanças climáticas, aumento da temperatura no planeta como um todo. Segundo dados da Nasa e do IPCC, a evaporação de água tem aumentado e com esse aumento de temperatura, o regime de chuvas tem se modificado, ou seja, mais pancadas de chuvas, com mais força têm caído, mas em tempos maiores. Assim, como vocês nos seus estudos mostram muitas projeções, eu não vi nenhuma projeção ligada às mudanças climáticas. No meu doutorado, eu estudei a escassez de água no Rio de Janeiro. Como vocês sabem, neste milênio, já tivemos muito problema de falta de volume hídrico, tanto no Paraíba do Sul, que é responsável por abastecer o Guandu, quanto também em alguns sistemas no estado do Rio de Janeiro. A primeira questão tem relação com a questão da água como principal *commodity* no século 21. Então, a pergunta é: Quem garante a população que as águas dos mananciais do Rio de Janeiro que são tratadas pela CEDAE e serão usadas pelas empresas privadas, serão garantidas para o consumo da população carioca, já que, vender grandes volumes de água para setores industriais ou mesmo países que não possuem água, como no Oriente Médio, seria mais rentável? Tenho mais uma questão importante, quando eu digo privatização da água, eu entendo a diferença de privatização e concessão, porém temos que entender que a concessão é uma parte ou ela é uma etapa do processo de privatização. Então, existe diferença, mas a diferença não é tão grande assim. A segunda questão: Por que o estado quer conceder o saneamento e a cobrança por tarifa do abastecimento público e não o tratamento, manutenção e expansão das infraestruturas de distribuição? Como a tarifa não vai aumentar se a tendência do volume hídrico é diminuir com as mudanças climáticas que estamos



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



sentindo? Não sei se dentro dos tecnocratas, nós temos negacionistas, mas esses negacionistas não podem colocar sua opinião em cima de alguma coisa, Tem que debater com a Nasa ou com IPCC, que estão reafirmando essas tendências, entre as quais, a para o sudeste brasileiro de desertificação. Para quem não sabe o que é isso, é importante pesquisar esse processo. Mais duas questões: Como garantir a universalização e o abastecimento do saneamento pela privatização? Há exemplos no mundo, do Sul Global, que vocês fundamentem o projeto de vocês? Por que que eu falo Sul Global? Porque são os países que estão em desenvolvimento, então não vale citar a Austrália, Inglaterra ou França. Inclusive, Paris está reestatizando os serviços de abastecimento público e esgotamento também. Por último, se as empresas que vão investir bilhões em saneamento vão querer lucrar, quem vai pagar esse retorno financeiro, já que as populações que não têm acesso ao saneamento e abastecimento de água são as populações periféricas e mais pobres do nosso estado? Para contextualizar, o Brasil vive, as projeções econômicas para uma recessão, esse ano de 9%. Além disso, é evidente o crescimento de desempregados e da informalidade. Então, como que essa população pobre e que, cada vez mais, perde recursos financeiros vai pagar por esses investimentos bilionários, que segundo os projetos de vocês prometem? **Arnaldo Goldemberg**. Obrigado, Danilo, pela boa contribuição e participação. Passo a palavra para o Guilherme para começar com a resposta, em seguida na parte técnica o Gustavo, favor Guilherme. **Guilherme**. Abordarei pontos colocados em relação à parte de água que seja comprada, seja entregue ou não seja destinada à população. A questão central são as obrigações que estão no contrato, de modo que existem obrigações que devem ser cumpridas, então a empresa só tem um propósito específico, ela nasce, conforme as regras do edital e do contato, para fornecer água dentro do Estado do Rio para empresas e pessoas. Há metas estabelecidas para isso, são as metas de atendimento. É dessa forma que os índices precisam e subirão. Por exemplo, foi mencionado o município que ele vive, de Tanguá, só tem 32% de esgoto, esse índice subirá já no terceiro ano para 37%, depois no ano seguinte vai para 42%, em seguida para 47%, 49%, 52% e por aí vai. Isso não é vontade, ninguém fará isso porque é bonzinho, mas porque ser obrigado a fazer. O índice de água em Tanguá é 63%, no ano três já tem que estar 67%, depois 72%, 73%, 79%, e isso é uma obrigação. A AGENERSA, que falou há pouco, está avaliando o projeto, é quem fiscalizará. O município, no seu papel dentro do seu conselho de monitoramento poderá ter a voz para fiscalizar e indicar se isso não está sendo cumprido. Então, é dessa forma que o contrato é estabelecido. Em relação à condição climática, um ponto importante, que não foi feito um trabalho focado nisso, mas o ponto central é a alocação de riscos, quem é responsável por eventual falta de água porque secou um determinado manancial? Eu acho que o projeto contribui nesse aspecto, porque ele tem previsão de investimento contratualizado com relação às perdas de água, de forma que você utilize a água de forma mais eficiente e não seja uma água perdida. Agora, em uma ausência de água, não tem como o concessionário privado buscar. O contrato regula dentro da sua forma de matriz de risco, como é hoje, se faltasse água hoje a CEDAE não teria como captar, de qualquer forma esse papel estratégico de captação e produção de água permanece com a CEDAE. Passo a palavra aos demais colegas. **Gustavo Prado**. Em complementação ao Guilherme, digo que existe um regramento no Brasil sobre os usos preponderantes e prioritários dos nossos recursos hídricos, está lá na Lei nº 9.433/97 que versa sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos. Nela, há uma hierarquização de usos prioritários na qual o consumo humano está no topo da hierarquia. Para citar um pouco, no artigo 1º, III, diz que em condição de escassez, o abastecimento urbano é prioritário. Portanto, temos no Brasil regramento para utilização dos recursos hídricos. Como o Guilherme colocou, o concessionário público ou privado terá que obedecer ao regramento nacional. Em relação às mudanças climáticas, de fato, isso não foi considerado na modelagem, no trabalho de engenharia, por ser um assunto que de fato transcende o escopo e o objeto dos estudos que foram tratados, mas ele seria também atinente



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



a concessionária pública. Essas questões são conhecidas. Eu, como o colega, também tenho formação acadêmica e milito hoje na consultoria, mas venho da área de pesquisa e conheço bem este tipo de questão. Então, acredito que esse assunto está endereçado dentro do nosso projeto na Distribuição de Risco e nas Obrigações Contratuais. **Arnaldo Goldemberg**. Passo, então, ao próximo inscrito, o senhor **Thiago Oliveira**. Boa tarde, prometo ser rápido, já avançaremos para 4 horas de audiência pública. Antes de mais nada, eu me apresentarei, o meu nome é Thiago Oliveira, sou sócio do setor regulatório do escritório Siqueira Castro Advogados do Rio de Janeiro. Cumprimento, antes, os agentes públicos envolvidos nessa concessão parcial dos serviços da CEDAE. Cumprimento também os representantes do BNDES e, em especial, o Vernalha e o Tiago Mohamed, da AGENERSA. As questões que eu quero colocar são a título de reflexão e podem ser encaradas como uma indagação também. Trata-se de uma dúvida sobre a minuta do edital e anexos e do o contrato de concessão. Eu queria ouvir um pouco a respeito da análise sobre a estruturação da tarifa, a composição da tarifa que será cobrada do usuário, contemplado com a universalização do sistema de distribuição de água e esgotamento sanitário. Em especial, queria saber sobre o valor da outorga, a gente sabe que tem dois momentos da linha de pagamento da outorga pelo concessionário, onde serão despendidos 60%, depois 40%, para poder explorar o lote que ele venha ser consagrado como vencedor, de modo que gostaria de saber se esse valor da outorga será estudado com a possibilidade de ser considerado como ativo intangível que possa vir a compor, a ser considerado na fixação da tarifa. Acompanhamos em outras concessões do estado do Rio de Janeiro, que é um tema que a AGENERSA já teve oportunidades de se manifestar. Eu tenho outros questionamentos, a respeito do rigor técnico também, eu não sei se é em razão da participação dos licitantes interessados nesse leilão, percebo que há exigências que talvez não sejam tão rigorosas, quanto à demonstração de experiência em qualquer segmento de infraestrutura e não só no segmento de saneamento básico. Os valores envolvidos talvez estejam um pouco excessivos também. Ademais, também há a questão de um único licitante poder ofertar para todos os lotes, isso não é muito usual. Então, sob esse aspecto técnico, além da tarifa, sobre esse aspecto das exigências técnicas também, se puderem colocar algumas reflexões sobre o que balizou a determinação desses itens. No mais, gostaria parabenizar a todos pelo debate, os representantes da sociedade civil também estiveram presentes, novamente, os agentes públicos e o BNDES. É um projeto que realmente revitaliza o estado do Rio, então parabéns. **Arnaldo Goldemberg**. Mais uma vez, iniciarei dando a palavra ao Guilherme. **Guilherme**. Em relação ao questionamento do Thiago sobre a parte da atestação. É importante que esse debate ocorra, pois acho importante a abertura ao mercado para que a quem, efetivamente, tem capacidade de investir seja atraído, com o requisito de que no corpo de executivos. haja pessoas com experiências prévias em saneamento, mas que, essencialmente, como foi falado, é preciso haver capacidade de investimento. Então, o foco está muito na capacidade de ter recursos, mais uma vez a previsão de aportes iniciais de R\$ 4 bilhões, quem ganhar deve botar na empresa pelo menos esse montante, além do que deve pagar um valor, potencialmente, superior a isso. Então, você tem que ter a capacidade de captação de recursos demonstrada. Então, a capacidade de atestação vai muito nessa linha, na composição de uma capacidade de atestação com uma experiência, com um time e pessoas que tenham experiências na operação de saneamento. Lembrando que quem for investir, quem for decidir pelo investimento tem todo interesse de ter uma boa operação. Em relação à pasta tarifária, sem entrar em detalhes contábeis, que eu acho que não seria o caso aqui, a tarifa é muito mais reajustada de uma forma paramétrica, é assim que funciona o reajuste de tarifa conforme índice inflacionário. Passo ao Fernando, não sei se ele tem algo a acrescentar. **Fernando Vernalha**. Agradeço ao Thiago as perguntas e as considerações. Com relação à modelagem de licitação, a ideia de fragmentar a licitação por lotes é justamente estimular a competitividade, permitir que um licitante, um *player*, possa se habitar em todos os



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO

lotes, lembrando-se que, para fins de habilitação, a gente exige que ele tenha habilitação necessária para cada um dos lotes de modo independente, uma forma que a gente encontrou de evitar uma licitação só, o que importaria em critérios de qualificação muito exigentes, portanto acarretaria restrição de mercado, mas ao mesmo tempo assegurando ali que os licitantes tenham que demonstrar os requisitos de habilitação de modo independente para cada um dos lotes. Então, nos pareceu que essa modelagem favorece a competitividade. Com relação à questão de qualificação, é exatamente na linha do que o Guilherme já comentou, o objetivo é realmente abrir o mercado, a gente já teve experiências de licitações que se preocuparam mais em verificar a capacidade dos licitantes de levantar recursos, de captar recursos, do que a execução dos serviços técnicos, a execução de obras etc. Eu lembro que, na rodada de privatizações do sistema Telebras, a gente teve um pouco disso, ali interessou quem tinha condições de estruturar, do ponto de vista financeiro, os projetos. Isso se repete aqui, embora a gente tenha a previsão de exigência de qualificação técnico-profissional, embora a gente não tenha a previsão de qualificação técnico operacional. Até durante as discussões surgiu a ideia de se prever a subcontratação qualificada, que era exigir o compromisso de uma futura subcontratada que detivesse atestação, qualificação técnico operacional, mas depois, nas discussões que tivemos com a PGE, essa exigência acabou sumindo, mas a gente mantém ainda, só para lembrar, a exigência de qualificação técnico profissional, então eu acho que basicamente é isso no que diz respeito aos critérios de habilitação. **Arnaldo Goldemberg.** Seguindo aqui a nossa lista de inscritos, agora passo a palavra ao **Gandhi Giordano.** Boa tarde, sou engenheiro químico, atuo na área de meio ambiente, também sou professor da UERJ. Eu gostaria de colocar, para ser objetivo, um ponto que eu entendo que é pertinente, tanto a qualidade de água, quanto à questão dos esgotos tratados. Nós temos a questão de captação de tempo seco que está sendo considerado como uma meta de atendimento a coleta de esgoto. No estado do Rio nós temos diversos problemas de ações na justiça, por crime ambiental, do Ministério Público Federal e Estadual, contra concessionárias, em função exatamente de captações de tempo seco. Que começaram por atendimento rápido, que não fazia parte das concessões, mas entraram para “quebrar um galho” e depois foram se tornando legítimas, e agora eu estou vendo que, dentro desse processo de concessão, isso está sendo previsto como uma meta, e está institucionalizado, então a captação de tempo seco virou uma solução técnica. Nós estamos cheios de problema no estado do Rio, a Lagoa de Araruama está sofrendo vários danos, as praias, a gente já não pesca mais sardinha aqui no estado do Rio, nós estamos importando sardinha do Marrocos, as fábricas não têm mais sardinha e fecharam por questão de lançamento de esgoto. Inclusive, na própria captação do Guandu, porque ali também se prevê a captação em tempo seco para aqueles municípios que são contribuintes da Bacia do Guandu. Então, a gente fica observando que nós vamos continuar brigando, processando pelo resto das nossas vidas, porque agora vai ser institucionalizada a captação de tempo seco. Então, não é uma meta de 5 anos, mas é uma coisa que fica. Hoje, eu recebi um telefonema de um colega, em que a concessionária da região dos lagos estava falando que eles não têm tecnologia inclusive para captar amostra bruta que entra na estação de esgoto. Então, a gente fica ouvindo tanta piada, fica observando se estamos no século 21 mesmo, ou no século 18. O técnico da Concremat apresentou que não é possível fazer, é em razão de dinheiro ou tecnologia? Eu pensei que as concessões viessem tratar de redes, nós estamos na região litorânea de redes que não sofrem influência da água do mar, então nós temos Paquetá que não trata esgoto, temos muitas áreas do Rio de Janeiro que não conseguem tratar esgoto com infiltração de água do mar, mas, ao mesmo tempo, a gente está preocupado em fazer captação em tempo seco, ao invés de ter uma rede que seja adequada à flutuação de maré e etc. nas regiões litorâneas. Nós estamos aqui dizendo que não tem capacidade de fazer isso. Então, eu queria entender isso, se é uma incapacidade financeira ou se simplesmente a engenharia brasileira não se sente capaz de fazer



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



uma rede coletora com separador absoluto, e mostrar como isso compromete a qualidade do Guandu, que nós vamos ficar brigando toda a vida, o Guandu vai ficar recebendo esgoto em dia de chuva e a CEDAE não vai poder atender a população, porque está recebendo esgoto, e o outro município vai dizer que está atendendo o padrão porque está fazendo a captação de tempo seco. Obrigado. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado. Realmente, a captação em tempo seco é uma questão técnica realmente muito importante. Eu vou direto para o **Gustavo Prado**, que fará comentários técnicos sobre o tema. **Guilherme.** É importante dizer que a captação em tempo seco não é uma solução definitiva para o projeto, o desenho é rede separadora absoluta, redes exclusivas. Acontece que, em razão do modelo financeiro, do prazo para execução, e com a necessidade de focar em primeiro chegar água para depois poder ter o esgoto, é que se tem uma solução intermediária para você poder criar um cinturão totalmente em volta da Baía de Guanabara para poder ter algum benefício de guardabilidade, uma solução, portando, temporária, secundária, que vai sempre permanecer, mas conforme você vai colocando os separadores absolutos essa solução vai deixando de ser a principal. Gustavo, complemente por favor. **Gustavo Prado.** O ponto central você colocou Guilherme, então essa solução não é a solução definitiva, é paliativa, inicial, com o objetivo claro de buscar uma melhoria da qualidade da água, dos cursos da água, e da própria da Baía da Guanabara. O foco da implantação desse tipo de solução é nos municípios ou nas bacias hidrográficas que contribuem para a Baía da Guanabara. Esse é o primeiro ponto importante, o concessionário terá que implantar depois um sistema com separador absoluto. Em relação às impossibilidades, se elas são financeiras ou se são técnicas, isso é um bom debate, certamente ele transcende aqui essa audiência, mas eu posso colocar algumas coisas. As grandes metrópoles brasileiras, nenhuma delas tem sistema de separação absoluta, e possivelmente 100% nunca terá, nunca terão. Por uma questão de crescimento urbano, como ocorreu a implantação da infraestrutura, existe uma série de questões que poderiam ser aqui consideradas. Já faz algum tempo, foi publicado um artigo de opinião muito interessante, um debate muito interessante, se não me engano na revista DAE, em que três especialistas discorriam sobre essas soluções, o separador absoluto, o sistema unitário, onde a captação de tempo seco se enquadra, os sistemas mistos, onde a captação de tempo seco também se enquadra. De fato, é muito complicado você implantar em fundos de vale ocupando redes de separação absoluta, não é fácil, é uma tarefa difícil, porque não envolve só questões de engenharia, envolve questões de urbanização, de ocupação de áreas irregulares, questões que transcendem muito a questão técnica de se executar uma obra. O problema não é executar uma obra, mas fazer a gestão das pessoas que lá estão. Me parece, do ponto de vista até de preservação dos nossos recursos hídricos, que você pegar um curso d'água que passa por uma comunidade onde *a priori*, a curto prazo, a gente não conseguiria criar vilas sanitárias, vielas sanitárias ao longo do córrego, para instalar coletores interceptores de esgoto, para não deixar que esse esgoto chegue nesse córrego, a gente pegar a área desse córrego durante o período seco, que basicamente você tem escoamento de base que é muito baixo, e esgoto doméstico, que é lançado e derivar aquilo para uma rede e lançar aquilo em uma estação de tratamento de esgoto. Então, do ponto de vista técnico, esse tipo de solução deveria ser, sim, pensado e cotejado nos estudos concepção de sistemas de esgotamento sanitário de regiões metropolitanas, principalmente em áreas de ocupação irregular. Como o Guilherme colocou, importante enfatizar, o contrato, o nosso projeto não prevê como solução definitiva a captação de tempo seco, é simplesmente objetivo da implantação da utilização desse tipo de solução antecipar benefícios, só isso. **Augusto Werneck.** Eu assumi brevemente a presidência dos trabalhos, Arnaldo se ausentou brevemente, vamos ouvir o próximo inscrito que é o **Raul Pinho.** Obrigado pela segunda oportunidade. Eu queria fazer algumas considerações em relação a falas de alguns companheiros em relação a essa questão do público e do privado, retomada de serviços. Realmente, na Europa, algumas cidades foram remunicipalizadas, mas, via de regra,



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



depois do serviço já universalizado com investimentos privados e ao final dos contratos. Este modelo que está sendo desenhado pelo estado do Rio de Janeiro é bem sucedido em várias cidades brasileiras, não precisa se referir a exemplos do exterior. Nós temos aqui Campo Grande, Mato Grosso do Sul, temos Niterói, Rezende, Petrópolis, Campos, Mineira, primeira cidade a ser concedida no Brasil, e hoje tem água e esgoto universalizado e os menores índices de perda do Brasil, enfim, acho que essa questão de público e privado já passou, inclusive ontem tivemos essa questão nova aprovada pelo Senado, quase por unanimidade, 65 votos a favor, em que se superou essa disputa. O que nós queremos é ter o serviço e a forma que se tem hoje de avançar nessa agenda aqui no estado é via parceria, porque não existe dinheiro público para se fazer isso, nem federal, nem municipal, nem estadual. Com relação aos passivos da CEDAE, é preciso deixar claro que a tarifa que nós, cidadãos, pagamos é para receber serviço adequado, e não para pagar passivo da CEDAE, que é uma prestadora de serviços, então cabe a ela cobrar do seu controlador, que ele aporte os recursos necessários para que ela cumpra com as suas obrigações, inclusive trabalhistas, e não pensar em repassar isso para o cidadão, que, em verdade, o que quer é o serviço. Eu ainda tenho uma dúvida que é sobre a garantia de fornecimento de água, já que a concessão está estruturada em cima da premissa de que o concessionário vai ter água para distribuir e para vender, senão ele não vai ter arrecadação e, além do mais, ainda vai aumentar essa discussão, essa disputa, entre a eficiência do público e do privado. Como a água continua com a CEDAE, é importante reforçar as condições em que essa garantia será fornecida ao futuro concessionário. E, nesse novo modelo, o que se espera da CEDAE como produtor de água é que busque fontes alternativas, até em função do que o outro colega falou sobre os problemas das mudanças climáticas, da escassez hídrica, com quem eu concordo, mas só que ninguém hoje trata disso de forma adequada e sistêmica. Então, é importante que a CEDAE, já que vai ficar com produção, passe a cuidar também de busca de fontes alternativas, seja reuso, se bem que reuso pode ser prerrogativa do futuro concessionário. É importante que ela atue nessa agenda e também preservando os nossos mananciais, recuperação em matas. Então, a questão que fica é essa garantia da água, que é a base de toda a estruturação desse negócio. **Arnaldo Goldemberg.** Vamos ao próximo inscrito, uma reinscrição, que é o **Humberto Lemos de Lemos.** Boa tarde, só queria complementar a minha fala, o companheiro do BNDES não respondeu efetivamente ao que eu perguntei, eu perguntei sobre a questão do passivo que tem no nosso plano de previdência complementar de R\$ 1,4 bilhões e das 38 mil ações que a CEDAE hoje tem, cobrando R\$ 1,40 reais o metro cúbico, sem levar essas considerações, a CEDAE vai ser uma empresa que vai ficar no passivo, ela vai ser igual é o BANERJ hoje. O estado vai assumir esse passivo? Por que não entraram na base de cálculo, na aferição de R\$ 1,40 por metro cúbico, esses passivos que a CEDAE hoje tem? Então, acho importante o procurador do estado, Marcelo, falar, porque isso vai dar muitas ações judiciais, porque não pode a CEDAE, na hora de fazer essa rastreabilidade, não colocar os seus passivos. Então, eu queria reiterar que o governo do estado e o BNDES, então por audiência pública, respondessem, reiterando a pergunta que eu fiz. Esse R\$ 1,4 bilhões que a Prece, inclusive causa até da CPMI da Prece, essas 38 mil ações judiciais: quem vai pagar? É o erário? É a população do Rio de Janeiro? E, também, o Trata Brasil, que não respondeu, que nós entendemos que estão incorretos os dados que ele trouxe. Obrigado. **Arnaldo Goldemberg.** Marcelo não está mais no nosso painel, então, Augusto Werneck, também procurador do estado, está aqui, então vou passar a palavra para ele. **Augusto Werneck.** Humberto, boa tarde. Você sabe que uma audiência pública como essa é convocada e realizada na expectativa de estabelecer um diálogo produtivo sobre um projeto, no caso, o projeto das concessões de água e esgoto, das concessões de saneamento. Então, opiniões como a sua são importantes, são importantes até opiniões que não sejam exatamente agradáveis ou que não digam tudo aquilo que a gente quer ouvir. Eu sei que você está colocando uma preocupação, em primeiro lugar,



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



legítima, que é a preocupação dos trabalhadores da CEDAE. Por haver tantas pessoas interessadas é que nós resolvemos trazer vários Procuradores e vários colegas para essa Audiência Pública. Por quê? Porque é necessário que todas as pessoas sejam, perfeitamente, esclarecidas em alguns pontos que, às vezes, não são bem colocados pela imprensa, pelas redes sociais e, até, pelos ambientes de trabalho em que a gente vive. Um desses pontos é justamente a natureza do que nós estamos discutindo: nós estamos discutindo concessões e a CEDAE não vai acabar. A CEDAE não vai ser alienada. Justamente, esse é o modelo que tem essa grande virtude, no meu modo de entender, que é preservar a CEDAE, que é um patrimônio do povo do estado do Rio de Janeiro. Então, essa é a primeira premissa. A segunda premissa, eu, como Procurador do estado acostumado a defender o estado, não posso admitir que nós vamos perder todas essas ações que você falou. Então, se houver um passivo judicial, significa ações que nós vamos ter que nos defender e continuar defendendo, não só o jurídico da CEDAE, como o apoio da Procuradoria-Geral do Estado para que nós tenhamos o maior êxito possível. A questão sobre o fundo de pensão é uma questão que tem de ser debatida exaustivamente e que nós temos de ver na CEDAE - que não vai acabar, como eu disse - como é que essa situação vai ser equalizada, como é que ela vai ser equacionada. Nessa licitação para a concessão na região metropolitana e nesses municípios do interior, o que a gente está querendo discutir é a universalização do serviço, o atendimento prioritário às comunidades carentes, às favelas, aos loteamentos irregulares; como que nós vamos chegar com o saneamento universal para toda a população do Rio de Janeiro desses 64 municípios. Assim, nós vamos preservar a CEDAE para que ela continue exercendo aquele papel mais importante que ela tem, que é a grande captação e a grande produção de água. Desse modo, nós vamos ter uma empresa que permanece viva e, permanecendo viva, pode discutir com seus funcionários e servidores para resolver as questões do fundo de pensão e do passivo judicial. Nós temos que conhecer, como eu disse, perfeitamente o projeto, e ouvir essas ponderações, que nós vamos tomar boa nota e procurar equacionar. Como? Chamando a atenção da CEDAE que vai remanescer como uma sociedade de economia mista do estado do Rio de Janeiro para que, ali, seja dada a melhor solução possível. Obrigado pela sua participação. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado. **José Santos.** Eu queria fazer uma ponderação sobre uma fala de um dos participantes da audiência, quando ele se refere à questão de o estado ficar com a captação e o tratamento de água CEDAE, o que acabará onerando, mais ainda, os cofres do estado. Ou seja, então a parte de distribuição da CEDAE ser vendida, que é a fatia que dá mais lucro? Porque entrega ao setor privado a venda da água, e a CEDAE vai ficar com as tarefas, através do Governo do estado, de ter de despoluir rios e tratar todo esse problema no entorno da captação de água. Isso onerará, cada vez mais, o estado e deixará o lucro com a iniciativa privada. Então, complementando também o que o meu Presidente Humberto disse, essa é a questão do passivo que vai ser muito grande na mão do estado para que ele, mais uma vez, arque com toda essa despesa. No meu entendimento, a impressão que se tem é a de que, em um primeiro momento, vai ser bom para o povo do estado do Rio, mas acaba sendo um prejuízo enorme para o estado. É só isso o que eu queria dizer. **Arnaldo Goldemberg.** Uma dúvida. Uma das regras é o participante se apresentar e indicar o nome, o cargo e o ente a que pertence. **José Santos.** Eu sou funcionário da empresa, o meu nome é José Joelmo dos Santos. **Arnaldo Goldemberg.** Acredito que possamos passar essa pergunta para o Guilherme. **Guilherme.** Desculpa, Arnaldo. Deu um probleminha aqui no som, você poderia repetir? **Arnaldo Goldemberg.** O José está indagando sobre as questões atinentes à concessão... **Guilherme.** Não, não. A fala do José eu ouvi bem. **Arnaldo Goldemberg.** Ah, sim. **Guilherme.** Achei que houvesse mais comentários. Eu entendo a preocupação colocada, acho que o Augusto Werneck foi bem preciso no tema. A gente estima que a CEDAE, nos primeiros anos, seja uma empresa que continue faturando dois bilhões. Então, como o Werneck colocou, é uma empresa que não desaparece, muito pelo contrário. Ela



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



terá uma atividade ainda rentável com uma receita bastante superior aos seus custos operacionais relacionados à produção e ao tratamento da água. Portanto, ela é uma empresa que permanece rentável sobre a sua operação, ou seja, a receita com a venda da água menos a despesa com os custos relacionados à produção daquilo que é necessário para produzir água. Mas, adicionalmente a isso, a conta não pode acabar aí. Como o José Santos e o Humberto colocaram, a visão que eles estão trazendo é super importante, porque a CEDAE tem obrigações a pagar, então, foram mencionadas as questões previdenciária e das dívidas trabalhistas que, eventualmente, podem ser executadas, apesar de que, como o doutor Werneck mencionou, a empresa vai se defender, como sempre faz. O que eu posso colocar, na condição do BNDES, e eu tenho sido bem transparente em todo relacionamento que a gente teve com a empresa e com as administrações da CEDAE até agora - porque nós passamos por três delas, desde que o projeto começou. Então, neste momento, os representantes do estado podem complementar, está havendo uma conversa entre a alta administração da CEDAE e o governo do estado, sendo que aquela também tem atuado de uma forma muito profissional e preocupada com a empresa, no sentido de que os administradores tem o dever de ofício e que, portanto, estão trazendo as preocupações que foram levantadas pelo José Santos e que foram levantadas pelo Humberto. O BNDES está aqui para ajudar naquilo que nos cabe em relação às contas, qualquer tipo de revisão e discussão. A Procuradoria-Geral do Estado, como o Augusto colocou, está presente nessas discussões. Então, eu não estou atuando diretamente sobre isso, até porque o banco não cumpre esse papel, mas o que eu posso dizer, franqueio a palavra à equipe de Procuradores do estado se quiserem complementar, é que há sim, como o Augusto colocou, o endereçamento dessas questões por parte do Governo do estado e da administração da CEDAE. O BNDES não participa diretamente disso, é uma discussão mais ligada à companhia e aos seus controladores, que é o Governo do estado, mas a gente está dando todo o suporte para fazer essas contas para assegurar isso. Mas, do ponto de vista do nosso lado, do banco, do nosso trabalho, é dizer que a empresa continuará faturando, no início, R\$ 2 bilhões. Eu espero que tenha, José, atendido ao seu questionamento. **Arnaldo Goldenberg.** Vou dar prosseguimento e passar a palavra para o João Marcos Silva. **João Marcos Silva.** Boa tarde a todos os presentes nesta audiência. Eu me chamo João Marcos e estou Presidente do Sindicato de Saneamento do Norte-Noroeste Fluminense. Gostaria de fazer alguns questionamentos. Vocês “pintam” a privatização como se fosse a solução para todos os problemas que nós temos, mas esses problemas foram criados pelo próprio governo, pela própria política pela qual os governantes ficam interferindo nas empresas de saneamento. Isso não é só privilégio do Rio, mas ocorre em todo o Brasil. Vocês colocam a privatização como se a iniciativa privada fosse resolver. Primeiro, nenhuma iniciativa privada trabalha com o social como uma empresa estadual, como é o caso da CEDAE. Eu gostaria de saber o que ocorrerá em uma pequena e interiorana cidade de nome “Varre sai”, porque, nem se ela triplicasse o valor da tarifa, pagaria o tratamento de água, ainda mais sendo necessários mais de R\$ 33 milhões de investimento no local. Em outras palavras, além de não ter retorno, ainda há a necessidade de investimentos. A iniciativa privada não quer esse tipo de osso, ela só quer o filé. Então, gostaria de saber, qual é a sorte dos municípios que não conseguem se manter, o que seria feito, já que um projeto de lei de meia página apresentado pelo governo dá a possibilidade de a empresa ganhadora repassar, sublocar esse tipo de município deficitário. **Arnaldo Goldemberg** Apenas para registro, como me parece que ele conduziu uma indagação, para deixar gravado, até porque vai para o Youtube, eu passo a palavra ao doutor Augusto Werneck, diante da pergunta nos termos já, “fragmentadamente”, colocados, poder conduzir a resposta, depois o João Marcos vai poder consultar. **João Marcos.** Fui derrubado por uma ligação do próprio Zoom de vocês. Então, eu gostaria de saber qual empresa que quer pegar municípios deficitários? Porque temos muitos, pois o nosso interior é um interior pobre. Esse é o primeiro questionamento. O Procurador Dr. Werneck disse que a



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



CEDAE não vai acabar. Pergunto: qual é a empresa em que se desemprega 80% do seu quadro, você pode dizer que ela não acabou? Ela tem um nome que pode ser que não acabe, mas a empresa, em si, quando você pega 80% da sua mão-de-obra e demite, ela, para gente, já está encerrada. E outra coisa que eu gostaria de questionar aos técnicos é de onde eles tiraram 1,40. De onde saiu esse valor do metro cúbico? Será que foi contabilizado o investimento que a empresa teria de fazer para poder se manter, as leis que ela deveria cumprir? Será que isso foi contabilizado nesses 1,40? Além disso, uma Audiência Pública de uma relevância tão grande como é esta, que trata do tema saneamento público do Brasil, não pode ser colocada em plena pandemia, em que a maioria população não está sabendo porque a Audiência não foi divulgada ou foi divulgada em locais bem específicos, logo não está sabendo como será a sua sorte daqui para frente. Eu gostaria de ter uma resposta, principalmente, com relação ao questionamento sobre os municípios que não são superavitários. Hoje, a CEDAE pratica o subsídio cruzado, onde quem arrecada mais sustenta quem arrecada menos, ou quase não arrecada, o que é um dever do Governo do estado. E então, de quem será essa responsabilidade? Porque nenhum ente privado quer prejuízo. Esses são os meus questionamentos, que eu gostaria que fossem respondidos. Obrigado. **Arnaldo Goldemberg.** Eu passo a palavra para o Augusto Werneck. **Augusto Werneck.** João Marcos, muito prazer. Você é o Presidente do sindicato do saneamento do Norte-Noroeste, não é? Em primeiro lugar, eu vou falar da forma, não foi a primeira coisa que você tocou, mas é a primeira coisa que nós temos que dizer. Essa é a primeira de três audiências. Por que três audiências públicas se a lei prevê apenas uma? Porque nós estamos na pandemia e estamos tratando de concessão de saneamento, que é um tema de maior importância do ponto de vista jurídico, político, econômico e social. Por isso, nós não poderíamos fazer somente uma Audiência Pública. Então, todos nós temos um dever, não só o Poder Público, como os sindicatos, como a sociedade civil em geral, de fazer uma grande divulgação das duas audiências que seguirão para que nós possamos debater, de maneira cada vez mais aprofundada, temas importantes como o que você levantou. O primeiro tema que eu julgo importante que você levantou foi o da responsabilidade social das empresas de saneamento, que é uma das premissas desse projeto, e uma premissa adotada por todos, tanto pelo BNDES, quanto pelos órgãos do Governo do estado. A ideia foi a de preservação das características atuais da distribuição de água nas regiões mais carentes, nas favelas, nas comunidades, nos loteamentos irregulares e na zona rural, quando for o caso, como a preservação da tarifa nos níveis em que está hoje e a manutenção das políticas de tarifa social também como são aplicadas hoje. E, além disso, isso é visível, inclusive, na região metropolitana e em vários municípios do interior, há a previsão de investimentos elevados nessas áreas - o termo é ruim, mas ao termo do censo do IBGE - "de habitações subnormais". Em segundo lugar, não vai haver perda social. Esse é um pressuposto e está contido no modelo. Nós temos todo esse material na Consulta Pública e que está no site da CEDAE, no do Governo do estado e no do BNDES, de modo que vocês podem ver todos esses documentos relativos à Consulta Pública e neles estão, justamente, essas questões concernentes à tarifa. A sua preocupação é legítima, mas ela foi contemplada. Em terceiro lugar, que é muito importante também, a questão do interior. Você sabe que eu, particularmente, conheço Varre Sai do tempo em foi dividida. Nós temos cidades como Natividade, Itaocara, Bom Jesus de Itabapoana, Italva, São José de Ubá e Itaperuna, Quissamã, Carapebus, Macaé, Conceição de Macabu, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, na área do Norte-Noroeste Fluminense, por exemplo, que vão estar na concessão. De que maneira? Em uma forma de subsídio cruzado, na qual haverá, sempre, para o concessionário, nos quatro blocos - salvo 1, mas em 3 blocos - a associação de concessões de municípios da região metropolitana com municípios do interior do estado para assegurar os investimentos que cidades que têm que captar lá no Rio Itabapoana, no Rio Carangola, no Rio Muriaé, no Rio Dois Rios ou no Rio Macabu. Todos esses municípios vão poder fazer os seus investimentos e têm



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



as metas de universalização, chegando no final da concessão, todos eles, a 90% de cobertura. Além disso, na medida em que a população cresce, você sabe que, no final da concessão, esses municípios vão se transformar em mercados melhores. Então, não vai haver perda, muito pelo contrário. Uma das grandes virtudes desse projeto é, justamente, que ele tenha essa conotação de preocupação social de atender, com a tarifa social, o aumento de investimentos nas áreas mais pobres do estado e atender à necessidade de investimento no interior, desenvolvendo e potencializando-o. É uma opinião pessoal, mas eu acho que, em relação aos municípios do interior e aos empregados da CEDAE, pode ser construída, perfeitamente, essa nova perspectiva. Por quê? Porque são bons empregados, bons profissionais que vão ser úteis a quem, eventualmente, vier a assumir a posição de concessionária. E a CEDAE não vai acabar. Eu vou, mais uma vez, insistir nessa tecla, porque é uma coisa que vocês precisam ter claro: não tem privatização, não tem venda da CEDAE. Porque todos são livres para criticar o processo, mas criticar um projeto de concessão, não criticar o que não existe. A privatização, absolutamente, não existe. E a CEDAE remanescente, como foi muito bem colocado aqui pelo Guilherme Albuquerque do BNDES, pode ter um futuro virtuoso, porque ela vai ter, em grande quantidade, o bem mais precioso do terceiro milênio, que é a água. Então, você pode ficar tranquilo, meu Presidente, que as coisas irão bem. **Arnaldo Goldemberg.** Passo a palavra, agora, para o Guilherme em complemento. **Guilherme.** Eu queria só complementar para deixar bem claro para o João Marcos, porque a pergunta dele foi muito explícita, então o nosso papel é respondê-la de forma muito clara também. A pergunta foi: de onde veio o valor de 1,40? Esse número veio, basicamente, da CEDAE, por ser um número que, à época, já vendia essa água para Niterói. Mas, esse valor pode ser reajustado, então é uma discussão que o projeto comporta 1,40, comportaria 1,45, comportaria 1,35, portanto, há uma faixa possível. Essa discussão faz parte da conversa, como eu falei, que a companhia está tendo com o estado para acertar esse valor definitivo. Então, só para deixar de uma forma bem clara, não deixar ninguém sem resposta aqui. Com relação aos municípios, eu acho que o doutor Augusto Werneck foi muito preciso e queria só complementar. Eu concordo com a visão do João Marcos, de que ninguém teria interesse em investir nos municípios menores, como foi dado o exemplo de Varre Sai. A empresa privada não vai investir lá porque ela é caridosa; vai investir porque será obrigada a investir lá. Esse é o ponto. Ela vai ter a obrigação de fazer; se ela não fizer, vai ser punida, a receita dela vai diminuir e se, no limite, ela não fizer, vai perder o contrato. Esse entendimento concordo com o João Marcos, o Humberto e o Augusto Werneck: ninguém vai fazer lá porque é caridoso. De fato, lá é deficitário, vai fazer lá porque vai estar obrigada a fazer o investimento. Segundo o SNIS, Varre Sai hoje tem zero de esgoto. Zero. Não tem nenhum investimento lá, e o índice de água dele está da ordem de 52%. Esse índice vai subir para 58 no ano 3, para 64 no ano 4, para 69 no ano 5, para 73 no ano 6, e assim sucessivamente; no esgoto, em 3 anos, ele vai de 0 para 8, já vai para 15, depois no ano 5 já vai para 23. Então, veja, de novo, não é porque ninguém é caridoso, é porque será obrigada a fazer. Eu concordo, não dá retorno financeiro. É por isso que a gente teve a preocupação de incluir todos os municípios do projeto. A gente fica entre um equilíbrio, como muitos falaram aqui em relação ao município do Rio, porque é onde está a maior receita da companhia. Alguns mencionaram por que não resolver o problema do Rio primeiro. Porque o que se tentou foi um equilíbrio para atender a todos. Esse foi o mote do projeto: atender a todo mundo. Era só isso que eu queria complementar e espero que a resposta tenha atendido, porque eu acho que os seus questionamentos foram muito claros, então é nosso papel tentar responder eles da forma mais completa possível. Acho que o Augusto foi bem completo na fala dele. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado, doutor Guilherme e doutor Augusto. Houve muita clareza, muita transparência. Eu vou acrescentar, ainda, uma outra questão que diz respeito à nossa realização da Audiência Pública por videoconferência, adicionando que há uma recente resolução que serve como parâmetro e segue até o que nós já estamos fazendo aqui no Rio de



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



Janeiro. A ANP baixou a Resolução 822, agora em 23 de junho, estabelecendo que todas as Audiências Públicas, nesse período da pandemia, sejam realizadas por videoconferência e, ainda, determina que a responsabilidade pelo meio necessário para a participação da audiência seja exclusiva do interessado. Diz, aqui, no artigo 6º dessa Resolução 822: serão de responsabilidade exclusiva dos interessados os meios físicos necessários para a sua participação na Audiência Pública por videoconferência; parágrafo único: o interessado que tiver problemas na sua participação por problemas decorrentes de conexão com a internet terá o prazo de dois dias, contado do término da Audiência Pública, para encaminhar a sua manifestação por escrito. Isso é exatamente o que nós estamos adotando aqui como regra, e que está publicado em nosso sítio de internet da Consulta Pública. Virou até uma Norma da ANP por resolução para as suas Audiências Públicas por videoconferência. Mesmo modelo que nós adotamos aqui e projetamos para nossa audiência pública virou Resolução da ANP lá, baixada agora no dia 23 de junho. Portanto, prossigo. Temos, neste momento, duas inscrições. Era uma, houve uma reinscrição do senhor João Marcos, que, certamente, quer fazer alguma tréplica. Danilo Cerqueira é quem está na vez. Já é uma reinscrição. Por favor, senhor Danilo Cerqueira, o senhor tem, agora, o microfone e o vídeo liberados. **Danilo Cerqueira.** Boa tarde, novamente. Então, alguns questionamentos que eu fiz, pelo menos dois, na primeira vez, não foram respondidos. Na verdade, não foi comentado nem por um membro técnico, foi comentado por um participante que eu não me lembro, não me recordo o nome agora, mas ele deu exemplos do sucesso de privatização no Brasil. Então, eu peguei dois exemplos ele deu, um e Niterói e o outro, Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Sempre quando a gente vai fazer comparações, a gente tem que tomar cuidado com as diferenças entre os lugares e, principalmente, com as diferenças de escala. Então, só para uma informação muito rápida, Campo Grande possui uma área urbana de 154 km quadrados, enquanto a região do Rio de Janeiro possui uma área urbana 7.000.535 km quadrados, portanto, o desafio de universalizar os serviços em Campo Grande e no Rio de Janeiro é completamente diferente. Niterói, que foi o outro exemplo, possui uma área urbana de 129 KM quadrados, que devem ser tirados, para fins de cálculo, de área urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a qual pertence. Além disso, Niterói é o município da região metropolitana, em questões proporcionais, que possui a maior renda por domicílio, então também não é uma boa base de comparação para outros municípios da Baixada Fluminense, inclusive para a periferia e para o subúrbio do Rio de Janeiro. A gente tem que ter honestidade quando for comparar as coisas porque eu não perguntei sobre exemplos no Brasil, perguntei sobre exemplos de fora. Eu trago o exemplo de Buenos Aires, que eu acho que dá para comparar melhor com Rio de Janeiro. Por quê? Porque Buenos Aires também é uma grande na Região Metropolitana e, mesmo assim, Buenos Aires ainda tem uma área urbana menor do que a da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou seja, os desafios aqui seriam maiores. Além disso, Buenos Aires é um bom exemplo, porque, em 1993 - por mais que eu seja novo e tenha nascido em 90, eu leio bastante - já houve esse processo de privatização de água em Buenos Aires, e ele não deu certo. Vou trazer uma passagem desse livro aqui, "Crise Hídrica Ambiental", que é uma publicação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que foi editada após a crise hídrica que a gente enfrentou em 2015. No Capítulo escrito por Daniel Azpiazu e José Estevão Castro, eles dizem o seguinte: "as principais conclusões são que a empresa privatizada descumpriu com as obrigações contratuais e seguiu uma estratégia impulsionada pela busca de benefícios extraordinários. Esta estratégia teve sucesso para a empresa - que é a CEDAE de lá - durante o período de estabilidade forçada da moeda argentina. Ou seja, um ponto, a economia brasileira não está estabilizada. Mas veio abaixo com o colapso do modelo neoliberal em 2002. Não existe, ainda, uma compreensão total dos custos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da privatização de serviço da água e saneamento de Buenos Aires. Para fechar, eu vou fazer mais três perguntas. Qual é a previsão para eventual descumprimento das condições do contrato?



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



Outra pergunta. Como a CEDAE não vai acabar, se a única fonte de arrecadação dela está sendo retirada e concedida à iniciativa privada? A terceira pergunta vai ser a repetição da minha primeira fala, que não foi respondida. Por que o setor privado não tem interesse em pegar o tratamento da água e a manutenção e expansão das estruturas técnicas que levam a água para a população? Por que que o interesse é no saneamento e na distribuição? Eu gostaria que essas questões fossem respondidas. Muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg**. Por favor, Guilherme. **Guilherme**. Anotei, aqui, as três perguntas do Danilo Cerqueira. Com relação ao descumprimento das condições do contrato, a gente falou pouco disso, eu acho que é uma ótima pergunta para a gente poder esclarecer esses pontos. Veja, não só o concessionário será obrigado a atender àqueles indicadores que a gente mencionou, que já apresentei de cobertura, como, na verdade, o total é um conjunto ainda maior, de modo que são 11 indicadores que vão ter o monitoramento de perto e em periodicidades que variam de acordo com cada índice. São eles: o índice de atendimento urbano de água, o índice de perdas na distribuição, número de economias, ou seja, de pessoas atingidas por paralisações, o índice de qualidade da água entregue, o índice de atendimento de esgoto, o índice de tratamento do esgoto coletado, o índice de conformidade do tratamento de esgoto, o índice de satisfação do usuário, o índice de eficiência para reparo de desobstrução na rede ou de ramais de esgoto, a regularidade documental e o desempenho do coletor de tempo seco. Isso significa que a concessionária será monitorada na sua forma de prestar o serviço em todas as dimensões. Por exemplo, na perda do nível de água que era esperado na entrega de água para a população. Tudo isso tem metas que precisam ser atendidas. As economias atingidas por paralisações, agora, se a população ficar sem água por responsabilidade da concessionária, ou seja, por problema na distribuição, ela vai ser penalizada no seu indicador de desempenho. Se a qualidade da água que chegar na torneira das pessoas por responsabilidade da concessionária for ruim, ou seja, a CEDAE entrega água de boa qualidade, mas a água entregue para a população não foi de boa qualidade, o que será atestado por medições laboratoriais, a concessionária será penalizada. Se o índice de satisfação do usuário por pesquisa não for adequado, será penalizado. Portanto, há uma série de indicadores que são medidos e que serão monitorados pela agência reguladora e pelo verificador independente contratado por ela mediante licitação; as obrigações mínimas estabelecidas já estão previstas no contrato, vai ter uma perda de arrecadação, de tal forma que o valor que a população pagar não será repassado integralmente para concessionária; ele vai ser desviado para ficar retido para tratar de eventuais reequilíbrios ou ações que possam ser feitas. Ou seja, vai haver uma redução onde mais importa, que é no bolso da concessionária, na receita da concessionária. Então, essas são as punições previstas. Existe esse nível de monitoramento hoje? A agência reguladora faz? Os contratos existentes hoje com a CEDAE monitoram todos os índices? Não, esse não é um tipo de acompanhamento que é feito. Então, você vai ter maior pressão de todos para que o atendimento seja cumprido. A segunda pergunta, em relação à CEDAE na parte da receita, como ela vai continuar existindo se não vai ter receita. Na realidade, esclarecendo para o Danilo, é uma boa oportunidade para isso, a CEDAE permanece com uma receita grande. Ela vai ter, hoje, uma receita que se estima quase na ordem de R\$ 2 bilhões por ano. R\$ 2 bilhões. Veja, esse valor vai ter que pagar as contas e os passivos dela. Então, é daí que ela permanece. E a terceira pergunta é se o setor privado não tem interesse no tratamento de água. Veja, isso também não necessariamente é verdade. O setor privado poderia ter interesse na produção de água. Isso sim significaria o fim da CEDAE pública, mas esse não foi o desenho feito. O desenho feito foi a manutenção da CEDAE pública na produção de água. O que não significa que não seja uma área de interesse do setor privado, na verdade, o que não significa que é uma área não rentável, muito pelo contrário. Será, sim, uma área rentável. O que o desenho propôs foi que a CEDAE não fosse vendida, não fosse extinta, apesar de que a expectativa original era essa, apesar de terem passado, inclusive, uma lei



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



autorizando a venda da companhia, não foi esse o desenho proposto. O desenho proposto foi outro, foi o da concessão com a manutenção da CEDAE com a parte da produção de água, uma parte importante, estratégica e rentável que vai oferecer à empresa uma receita da ordem, inicialmente, de R\$ 2 bilhões. Essa receita pode aumentar ou pode cair em função do edital final. Se o edital for de outro tipo, por exemplo, de tarifa da água, essa receita muda. Então, R\$ 2 bilhões é a estimativa com o edital que está hoje em Consulta Pública. Acho que, de forma bem objetiva, eu procurei tratar dos três pontos levantados pelo Senhor Danilo. Obrigado. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado. Com certeza, as três questões foram, primorosamente, respondidas, colocando qualquer dúvida devidamente esclarecida. O João Marcos tinha feito a reinscrição, mas, pelas nossas regras da Audiência Pública, a nova inscrição prevalece sobre a reinscrição, que fala só na ausência de uma inscrição nova. Temos duas inscrições novas. O senhor Roberto Rodrigues e Ary Girota. Então, com a palavra o senhor Roberto Rodrigues. Acione, por favor, o microfone e o vídeo. **Roberto Rodrigues.** Bom, o meu nome é Roberto Rodrigues, sou trabalhador da CEDAE há 42 anos, presido o Sindicato do Saneamento e Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro (SINDSAN) e sou morador da Baixada Fluminense. Eu só queria fazer duas perguntas que são bastante significativas. Como é que fica o contrato com a Prefeitura do município do Rio de Janeiro, que é de 50 anos prorrogáveis por mais 50 anos? Por que a Prefeitura do estado do Rio de Janeiro não está junto ao BNDES na discussão dessa Audiência Pública? E a outra pergunta seria para os técnicos, para quem poderia me dar a explicação, é sobre a universalização do sistema de esgoto na Baixada Fluminense. Foi dito que o tratamento do esgoto é difícil, logo, fazer estação de tratamento de esgoto é caro e na Baixada Fluminense nós fazemos, quem trabalha na CEDAE sabe disso, a questão do subsídio cruzado. Hoje, a tarifa média na Baixada Fluminense das pessoas que pagam água está em torno 40/60 reais, em média, mais ou menos isso, mas eles não pagam esgoto porque não tem nenhuma estação de tratamento de esgoto na Baixada Fluminense. Como chegar na Baixada Fluminense e dizer para uma população, que a renda *per capita* é muito baixa, que, além desses 50 reais, ele vai pagar mais 50 reais pela estação de tratamento de esgoto? **Arnaldo Goldemberg.** Obrigado, senhor Roberto Rodrigues. Eu vou passar a palavra para o Augusto Werneck, Procurador do Estado. **Augusto Werneck.** O Roberto é do Sindicato do Meio Ambiente. **Roberto Rodrigues.** SINDSAN. **Augusto Werneck.** Eu ouvi com muita atenção o que o senhor falou, inclusive por conta da Baixada Fluminense. A Baixada Fluminense, eu vou até fazer uma associação com o que o nosso professor falou ainda há pouco, o Danilo falou sobre a região metropolitana de Buenos Aires e as supostas semelhanças que haveria. Na verdade, nada é exatamente igual ao sistema de que hoje nós estamos tratando. Por quê? Porque o município do Rio de Janeiro recebeu investimentos nessa área de água e esgoto que nenhuma Unidade da Federação recebeu. Teve investimentos durante mais de 250 anos. Nós temos um monumento vivo no Centro da cidade do Rio de Janeiro, na Lapa, que são os Arcos, que servem para mostrar a marca inicial desses investimentos. Foram investimentos feitos pela Coroa, pelo Império, na Era Republicana, e pelo Distrito Federal que era, a um só tempo, município e estado. Depois veio o estado da Guanabara que também era, a um só tempo, município e estado. Então, o que o município do Rio de Janeiro ganhou de investimentos que nenhum outro município do Brasil ganhou. Naquela época ainda se gerou, quando foi feita, por exemplo, a adutora do Guandu, uma discriminação real. Por quê? Porque a região metropolitana onde era o estado da Guanabara ficava no estado do Rio de Janeiro, que era a Baixada Fluminense, onde você mora. Esse lugar, a Baixada Fluminense, não tinha água do rio que corria em seu território, da adutora que ficava na sua região geográfica, dos afluentes do Paraíba do Sul que desciam para a sua localidade. Por quê? Porque essa água era toda consumida aqui na minha cidade, os esgotos eram tratados aqui. Então, o conceito de região metropolitana teve muita dificuldade de ser implementado. Por quê? Porque havia dois estados compartilhando essa mesma região



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



metropolitana. Essa situação passou a se modificar a partir de 1975, mas com uma forte proeminência do município do Rio de Janeiro em relação a receber os investimentos, desenvolver os sistemas, ter recursos estaduais e, às vezes, federais para realizar o seu saneamento básico. Qual foi o lugar que foi prejudicado? Qual foi o lugar que teve menos investimentos? Foi justamente a Baixada Fluminense e, evidentemente, o interior do estado. Hoje, o conceito de região metropolitana está sendo recuperado, a partir da legislação estadual e a partir, principalmente, do julgamento Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1842. Todo esse acervo, toda essa história trouxe para nós a realidade que motivou esse modelo de concessão que hoje nós estamos propondo e que hoje está sendo discutido nesta Audiência Pública que debate um modelo de concessão que marca o interesse metropolitano e que subordina, pela primeira vez, o município do Rio de Janeiro ao interesse metropolitano. Onde trabalham as pessoas que moram em Nova Iguaçu? Onde trabalham as pessoas que moram em Duque de Caxias? Quantas pessoas cruzam a Baía de Guanabara todos os dias para Niterói? E para São Gonçalo? Quem é que usa em conjunto todos esses sistemas? Por isso, o Estatuto da Metrópole criou o conceito que veio do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição, de função de interesse comum. Então, nós estamos tratando, em conjunto, o problema da região metropolitana. Não se pode excluir o município do Rio de Janeiro. Por quê? Porque o município do Rio de Janeiro teve muitos investimentos. O município do Rio de Janeiro conseguiu ter uma expansão da sua rede de distribuição de água de captação de esgoto que nenhum outro município do Brasil teve por conta da sua história muito peculiar, bonita e interessante, mas que não pode ser mais colocada como um pressuposto para que se tenha uma distribuição desigual de serviços tão importantes como o serviço de saneamento. Então, nós vamos ter a região metropolitana tomada como um todo, considerada como uma unidade, e sendo administrada junto com municípios do interior. Esta é a nossa modelagem de concessão e é assim que nós vamos ter uma CEDAE remanescente que produzirá água para todo o sistema. Então, mais uma vez, é esclarecedora e enseja toda discussão positiva a sua pergunta. Eu agradeço muito pela sua pergunta, porque, realmente, se alguém, hoje, precisa ser atendido com mais intensidade são os municípios do interior e os da Baixada Fluminense e os do Rio de Janeiro, que é a capital do estado e tem que participar positivamente desse esforço. **Arnaldo Gonderberg.** Muito obrigado, Augusto Werneck. Eu passo a palavra, agora, ao Marcelo Marques, o Procurador-Geral do município do Rio de Janeiro, para falar sobre as questões atinentes a esse nosso município dentro da conurbação. Só está com o som ativado. **Marcelo Marques.** Desculpa, é que a minha internet voltou agora. Eu não consegui, infelizmente, ouvir a fala final da fala do Augusto Werneck, mas eu entendi bem a pergunta do nosso companheiro. Como eu disse no início, a Prefeitura do Rio tem uma sensibilidade política no sentido de que a ideia que está sendo desenvolvida pelo Governo do estado é muito boa. Na verdade, é uma vergonha para o nosso país ainda estar com esse problema de universalização do saneamento básico em pleno século XXI, mas, de fato, há algumas divergências em relação à formatação dessa concessão, vamos dizer assim. Mas, o município vai tratar o assunto com muita humildade no sentido de buscar o entendimento político com o Governo do estado. A nossa tese, como eu ressalté no início, é baseada no ferimento à autonomia do município. No nosso entender, o Governo do estado contratou o BNDES, que realizou um estudo a pedido do Governo do estado, e a Prefeitura teve uma participação, vamos dizer assim, muito tímida em toda essa modelagem. Eu não falo só em nome da Prefeitura do Rio, quero dizer, falo em nome da Prefeitura do Rio, mas imagino que vários outros municípios tenham também tido esse sentimento no sentido de que mereciam um protagonismo maior nessa modelagem, que, volto a repetir, decorreu de uma contratação do BNDES pelo Governo do estado. O município do Rio de Janeiro, por exemplo, não participou dessa modelagem. Mas, volto a dizer: a gente busca o entendimento, a gente quer priorizar o interesse da população, não mostrar que a nossa tese é melhor do que a



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



de ninguém, nem vencer batalhas judiciais que demorem 30 anos, fazendo o nosso povo esperar mais 30 anos por saneamento. Eu estou na Prefeitura do Rio há 30 anos e durante todo esse período eu vejo essa briga. Acho que está na hora de a gente buscar um entendimento que permita a efetivação do saneamento básico. Volto a repetir aqui, quem quiser ler a íntegra da tese do município, está em um processo judicial que está hospedado na 24ª Vara Federal, nós teremos uma audiência que vai se iniciar daqui a pouco, com a juíza chamada Itália. O número do processo é 5036885.2020.402.5101. É uma petição inicial grande, eu não vou aqui ler os tópicos todos, mas o nosso argumento básico é o ferimento à autonomia do município e uma inconstitucionalidade na lei que criou a região metropolitana. Esses são os nossos dois argumentos básicos que foram mencionados nessa petição que está com a 24ª Vara Federal. Muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg**. Muito obrigado, Marcelo Marques. Seguindo a ordem de inscrição, pela inscrição inaugural, é o Ary Girota. Está com a palavra, por favor, acione áudio e vídeo. **Ary Girota**. Boa tarde, doutor. Boa tarde a todos que me assistem. Eu sou Ary Girota, eu estou Presidente do SINDAGUA-RJ, Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgotos do Leste Fluminense e represento parte dos trabalhadores da CEDAE. Eu trabalhei e trabalho operando sistemas de tratamento de esgotos, então eu tenho um pequeno conhecimento dessa questão. Eu queria aproveitar a fala do Procurador do município e, realmente, concordar com ele: é uma vergonha que nós não tenhamos, ainda, resolvido no estado do Rio de Janeiro as questões atinentes ao esgotamento sanitário. Mas gostaria de ressaltar que é uma vergonha maior ainda que prefeitos, vereadores, governadores de estado, deputados, enfim, as autoridades competentes não tenham feito ao longo dos últimos 40 anos para promover a universalização do saneamento. Cito um exemplo importante para a população entender: a CEDAE, hoje, independente da vontade do governador que saiu, que era Pezão, e do governador que entrou, senhor Wilson Witzel, está promovendo a maior obra de infraestrutura em saneamento da América Latina, que é a expansão do Sistema de Tratamento de Água do Guandu, que vai universalizar a distribuição de água na Baixada Fluminense, levando água para mais de três milhões de pessoas. Esse processo de concessão ocorre por conta de uma dívida, não da CEDAE, senão dos sucessivos governos estaduais e, principalmente, das prefeituras, que nunca se dispuseram a olhar para as políticas de saneamento básico como políticas de estado, e não políticas de governo. Dito isto, é importante ressaltar que esse projeto elaborado pelos técnicos do BNDES a pedido do Governo do estado, mas, lamentavelmente, não planejado por uma equipe do estado que pensa o estado do Rio de Janeiro como todo, contemplando a questão metropolitana, é um projeto financiado por interesses outros que não os da sociedade civil. O expositor do BNDES falou que a CEDAE vai continuar com a sua produção, mas a pergunta que eu quero fazer a ele é a seguinte: se a CEDAE, como está constituída hoje, deu resultados da ordem de R\$ 1,02 bilhões, referência 2019, como é que ela, reduzindo em mais de 70% do seu tamanho - por entregar, sob concessão, a distribuição e comercialização de água para a iniciativa privada, ou seja, entregar mais entregar mais de 70% do que pode arrecadar -, vai ter uma rentabilidade nesse projeto prevista de R\$ 2 bilhões? (perda de sinal de internet do participante, parte inaudível). Esses processos não aconteceram anteriormente por falta de vontade política, e não por negligência ou falta de vontade de agir da empresa CEDAE que presta serviços. Sem falar nas competências que não estão sendo discutidas, como: a fiscalização de córregos, rios, empresas e indústrias do entorno da ETA Guandu. Aliás, esta estação de tratamento, que é fiscalizada pelo INEA, teve uma fiscalização intensificada por conta do episódio da geosmina, que parece que, agora, foi esquecido. Esse projeto merece um olhar muito atento por parte da sociedade civil. Quero dizer, aqui, que essa Audiência Pública, na maneira que ela está sendo concebida, não é tão democrática, porque eu, por exemplo, que tenho uma internet razoável, só consegui entrar agora ao final ou neste momento da Audiência. Eu não sei se todos estão me vendo, me acompanhando, porque eu perdi momentaneamente o sinal. Doutor



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



Goldenberg, o senhor está me escutando? Eu vou concluir. **Arnaldo Goldemberg.** Eu dei o aviso de 1 minuto, mas o senhor não conseguiu captar porque o senhor estava falando e não percebeu. Mais 15 segundos, porque já acabou o seu tempo. **Ary Girota.** Vou concluir. Então, gostaria de pedir que fosse revisto todo esse processo e de fazer aqui uma última explanação de 15 segundos. O ex-presidente da CEDAE saiu da empresa para ocupar a vaga no Conselho Metropolitano, representando as empresas privadas, então isso já diz muito a que ele veio e quais eram as intenções do governo ao colocá-lo como presidente da empresa. Então, todo esse processo tem que ser revisto e acompanhado pelo Ministério Público e é lamentável. Para concluir de fato, é lamentável que pessoas investidas da função pública se prestem a corroborar um projeto financiado por interesses privados e divergente do interesse coletivo. Muito obrigado e vamos em frente na luta pelo saneamento público. Obrigado, doutor Goldemberg. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado, a sua manifestação está registrada e será considerada aqui no nosso processo do projeto de consulta pública. Nós estamos, aqui, catalogando tudo. Todas as manifestações estão gravadas e serão devidamente consideradas. Eu vou passar, agora, para o próximo manifestante inscrito, que já é reinscrição. Eu volto para o João Marcos Silva. Por favor, habilite o som. Pronto, o senhor está com a palavra, João Marcos. **João Marcos.** Obrigado pela reinscrição. Gostaria de falar sobre o tema da eficiência do ente privado, que foi falado aqui pelo Guilherme, pelo Procurador e pelo Danilo. O grupo Águas do Brasil, que, hoje, distribui águas em Niterói, protagonizou o maior banho de esgoto do mundo, quando, por negligência, estouraram a estação de tratamento. Isso é nítido e está estampado em todos os jornais da época. Arraial do Cabo tem praias interditas por esgotos à céu aberto; Búzios, o maior balneário do mundo, tem o esgoto a céu aberto, assim como Cabo Frio e Lagoa de Araruama têm problemas. Tudo isso é privado. Tocantins, onde a empresa que entrou dormiu como a concessionária e acordou em outro local. Ou seja, ela abandonou, quando viu que não dava lucro, e largou na mão do estado, que passou para a antiga Odebrecht e hoje está na BRK. As tarifas continuam sendo cobradas, mas a água de Tocantins é uma porcaria e o esgoto é inexistente. Então, tudo isso é iniciativa privada. Nós tivemos a experiência da ENEL e da própria LIGHT que comprovam que o privado visa ao lucro. Agora, se realmente é a intenção do ganhador ser “obrigado”, entre aspas, a cuidar dos municípios menores, por que, no projeto de lei de meia página, tem um parágrafo que diz que a concessionária não terá a obrigação de cuidar daquele município, que ela poderá repassar para um ente privado para que toque o município? A empresa que ganhar não será obrigada a tocar Varre Sai, porque pode subconceder aquilo. Quando você coloca uma cláusula dessa, você está querendo isentar a empresa das obrigações dela. Isso daí está muito claro para nós, quando você cria uma cláusula dando poderes para empresa sublocar aquilo que é de obrigação dela, você está dando uma alternativa para que ela não saia no prejuízo, tornando as coisas mais atrativas. O doutor Guilherme falou que um dos pontos seria a qualidade no tratamento da água, mas a empresa privada não vai tratar água, quem vai tratar será a CEDAE. Respondendo também ao Danilo, por que as empresas privadas não brigam pelo tratamento? Porque o tratamento é caro, Danilo. É muito caro tratar a água, caro ao ponto de vocês dizerem que a CEDAE vai ter um lucro de R\$ 2 bilhões e ela hoje com a distribuição tem R\$ 1 bilhão de lucro. Como é que ela vai, sem distribuição, ter R\$ 2 bilhões, ou seja, o dobro do que ela tem hoje? É impossível, essa matemática não fecha, doutor. Não duvidando do que você disse, mas do estudo que foi feito pelo BNDES, que, provavelmente, é quem vai emprestar esse dinheiro, a juros baixos, para a iniciativa privada poder tocar, porque empresa privada não traz o dinheiro, ela capta, geralmente, do BNDES, a juros baixos, e tem o lucro exorbitante. Então, essa é a colocação que eu queria fazer. Eu quero agradecer, doutores, pela oportunidade de poder me pronunciar aqui. Obrigado. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado, João Marcos. Colhemos, aqui, a sua réplica, as suas sugestões e a sua manifestação, as quais serão, também, levadas para o nosso processo de



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



Consulta Pública. Todas as considerações serão muito importantes para a construção desse grande projeto. O próximo e, agora, nesse momento, é o último inscrito, já é a tréplica, Danilo Cerqueira, a sua terceira inscrição. Com a palavra, o Danilo Cerqueira para as suas considerações. Áudio e vídeo, por favor. **Danilo Cerqueira.** Também gostaria de agradecer a possibilidade de participar, de ter o privilégio de estar participando, diferentemente da grande maioria da população, tanto da região metropolitana, quanto da região do interior do Rio de Janeiro, do estado do Rio de Janeiro. Então, vou tentar fazer uma fala de conclusão, mas vai ter uma última pergunta também. Assim, considerando o cenário, qual é o cenário? As mudanças climáticas, o enfraquecimento econômico, tanto do Brasil, quanto do estado do Rio de Janeiro, e, uma coisa que não foi falada aqui também, mas é a intensificação do polo industrial lá na Bacia Hidrográfica do Rio Bangu. Pegando esse cenário, eu e diversos especialistas e pesquisadores entendemos que a disponibilidade hídrica do Rio de Janeiro, principalmente na região metropolitana, na parte do Guandu, tende a, cada vez mais, diminuir. Então, sabendo disso, para mim também a conta não fecha: como a água vai diminuir e o setor privado universalizar se nem a internet foi universalizada? Então, considerando todo esse contexto e, principalmente, o período de pandemia que a gente passa, onde as pessoas estão preocupadas em sobreviver e manter a comida em casa e as pessoas saudáveis, mesmo com a flexibilização absurda, assim corroborado pelo estado, não é o momento de a gente estar discutindo concessão CEDAE agora. Me desculpem. Então, assim, tudo bem, vão ter três audiências, mas vão ter três audiências com quantas pessoas? Qual é a amostra da população? 1.000? E digo mais, se a gente levar em conta tudo o que foi falado aqui, principalmente pelas pessoas da sociedade civil, me parece que a população não compreendeu muito bem como que essa conta vai fechar e que a população não está de acordo com a privatização ou concessão dessas partes da CEDAE, muito menos os trabalhadores da CEDAE. Então, eu sugiro que, para ser realmente uma decisão democrática, após essas três audiências, o Governo do estado, em parceria com os municípios, faça um referendo ou uma estratégia parecida, semelhante, que realmente traga a opinião da população do estado do Rio de Janeiro sobre a situação, para a gente ter uma real noção daquilo que as pessoas acham, do que as pessoas pensam sobre isso. Porque, como eu falei lá no início, a vida de quem vai ser afetado não é de vocês, nem mesmo a minha, até pode ser no médio-longo prazo, mas no curto prazo isso que a gente está debatendo aqui não resolve a vida de ninguém. Então, eu faço um apelo para que, realmente, se as colocações da sociedade civil que, em pequena escala, foram colocadas aqui vão ser levadas em conta. Que se faça um referendo ou alguma outra estratégia política que levante a demanda e levante a opinião das pessoas, principalmente aquelas que serão as mais afetadas. Por último, a minha pergunta vai no sentido de - novamente eu falei lá no início - se o saneamento e o abastecimento público não atendem às populações mais pobres, como que o setor privado vai garantir lucro de investimentos na casa de bilhões com pessoas que não tem condições de pagar luz e água, como é que vão pagar o abastecimento? Como é que vão pagar um possível aumento de tarifa? Porque vai haver aumento de tarifa, pois, obviamente, se o volume hídrico diminui, a tarifa aumenta. É o capitalismo. Vão me dizer que não? Isso vai acontecer. E as mudanças climáticas apontam que, com a continuação do desmatamento da Amazônia, o início da volta do desmatamento da Mata Atlântica e o aumento da urbanização e do parque industrial na Bacia Hidrográfica do Guandu, os níveis de água vão diminuir. E, por fim, eu tenho uma outra crítica, muito rápida: a regionalização proposta pelos blocos de municípios não leva em conta ou não está adequada à distribuição das bacias hidrográficas do estado. É uma outra incongruência. Não fecha conta. Então, a minha opinião é essa, assim, embasada em diversos pesquisadores e neste livro que eu mostrei para vocês, que foi feito pela Câmara Municipal com outros diversos pesquisadores. Gostaria, novamente, de agradecer o espaço e gostaria que esse espaço fosse feito em outro momento e, se não for possível fazer outro momento, que seja mais democratizado, como já



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



falaram aí, divulgando nos jornais de grande circulação, divulgando entre as prefeituras. Tem que divulgar. É isso, muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado, Danilo. A questão foi debatida pelo Procurador do estado, Augusto Werneck, de modo que a indicação dele anterior e do Guilherme sobre a questão dos investimentos deixaram claro que não haverá reajuste tarifário, salvo intercorrências que exijam o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e isso são hipóteses eventuais, ao longo do contrato, em caso de revisão contratual, o que não é o comum. Me parece que essas questões estariam respondidas. O Augusto vai usar a palavra para responder sobre a questão das bacias. Com a palavra, Augusto Werneck. **Augusto Werneck.** Muito obrigado, Presidente. Para falar muito brevemente, só agradecer, mais uma vez, o professor Danilo, que está participando aqui, intensamente. Na verdade, a questão das bacias hidrográficas, eu vou dizer a ele que, na primeira vez que eu vi o projeto, realmente, causou-me espécie, mas depois eu vi o porquê: para permitir o subsídio cruzado. Se não for permitido subsídio cruzado, se não houvesse a ideia de um concessionário em mais de uma bacia hidrográfica, nós não poderíamos ter o subsídio cruzado. Ou seja, lá no Noroeste, nós íamos ter que ter a Bacia do Rio Carangola ou a Bacia do Itabapoana ou a Bacia Dois Rios, e, assim, sucessivamente, nós não iríamos poder ter os maiores mercados financiando aqueles mercados que são menores e precisam de mais investimento. É por causa disso que o projeto contempla a ideia de um concessionário, por exemplo, atuar na Bacia do Guandu e atuar na Bacia, como eu disse, do Rio Carangola. Então, essa é uma necessidade do próprio sistema e eu vi que, como se trata de um alguém que está participando com muito boa-fé da nossa Audiência Pública, ele merecia esse esclarecimento para compreender, perfeitamente, que essa interpolação de bacias permite o subsídio cruzado, ou seja, o financiamento das obras nos lugares onde elas serão mais necessárias. **Arnaldo Goldemberg.** Muito bem, eu também acrescento que todas as questões, ao final da consulta, serão devidamente respondidas. Na verdade, tudo que está sendo debatido, não só nessa Audiência Pública, como nas demais e na consulta por escrito, de modo que será feito um conglobamento dos temas e as respostas estarão todas disponíveis no site, permitindo que o projeto receba as influências de todas as consultas e seja, devidamente, aprimorado, conforme a participação social. O Guilherme vai fazer uso da palavra. Por favor, vai fazer algum complemento. **Guilherme.** Arnaldo, desculpe interromper pelo avançado da hora. Eu tirei todos os meus compromissos da agenda, mas eu tenho um outro agora, às quatro horas, que não tenho como não me ausentar, então eu vou ser substituído pelo Guilherme Mendonça, outro Guilherme, que é da equipe e gerente do projeto, que toca o projeto da CEDAE pelo BNDES, então conhece o projeto até mais do que eu, diria, irá me substituir como representante do BNDES no evento. Eu vou pedir desculpas, mas é que eu, realmente, fui tirando todos os compromissos, mas o de agora eu não consigo, mas vou ser substituído pelo Guilherme, que também tem todos os detalhes do projeto. Gostaria de agradecer pelo convite parabenizá-lo pela condução do evento. Muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado, Guilherme Albuquerque. Os seus esclarecimentos foram primorosos e muito oportunos. Você conduziu, também, a parte do BNDES de maneira brilhante na participação aqui na Audiência Pública. Eu tenho certeza de que todos os participantes desse evento ficaram muito satisfeitos com seus esclarecimentos e que houve um grande aprimoramento na condução desta Audiência como integrante da Consulta Pública que está em andamento. Muito obrigado e vamos seguir. Então, temos duas inscrições nesse momento, uma inscrição nova do Thadeu Rocha, a quem abro a palavra. Por favor, acione o microfone e o vídeo. **Thadeu Rocha.** Primeiramente, boa tarde a todos, meu nome é Tadeu, sou economista, moro em Niterói, como cidadão, primeiro parabenizo o Governo do Estado por abrir esse espaço e, segundo, eu queria fazer uma manifestação importante para constar nos autos dessas análises. A primeira questão que eu coloco: a gente tem que analisar historicamente os desembolsos do BNDES para os setores da atividade econômica. No site do BNDES tem um campo, que são as séries setoriais, em que a gente



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO

consegue pegar todos os investimentos e desembolsos do BNDES para os setores econômicos desde o início do plano real. Então, eu trago aqui alguns grandes números a preços constantes, levantamento finalizado em 2019. De 1995 a 2019 o BNDES desembolsou para os setores econômicos a quantia de R\$ 3,2 trilhões; é só pegar essas séries em planilha Excel e juntar, dá R\$ 3,2 trilhões. O setor de atividade econômica que mais recebeu recursos historicamente, seja no governo Fernando Henrique, seja no governo Lula, seja Dilma, seja Temer, seja até os dias atuais, finalizado em dezembro 2019, foi setor de energia elétrica, com R\$ 392 bilhões de desembolsos. Lembrando que a estatística de aprovações do BNDES ainda é de ordem maior que isso. O serviço de utilidade pública nessa série histórica não passa de R\$ 38 bilhões, historicamente. Então, a gente já vê que, dentro do modelo de desenvolvimento e de fomento Nacional, o saneamento nunca logrou um espaço de maior preponderância e de maior prioridade na agenda desenvolvimentista. Eu acho que isso também fomenta uma dificuldade estrutural e concordo com as palavras do Ary sobre os erros e mazelas de algumas administrações estaduais e municipais. E eu trato uma outra preocupação, minha segunda intervenção, em relação as tarifas. Eu já acompanhei muita audiência, consulta pública da agência reguladora de energia elétrica. Em uma delas, da Light, aconteceu um fenômeno interessante. A Light levou o secretário Estadual José Mariano Beltrame para fazer uma apresentação para ANAEL sobre as UPP'S, dizendo a importância das UPP'S para entrada de saneamento, para entrada de serviços, para cidadania de algumas comunidades. Então, o estado do Rio fez essa apresentação. Depois dessa apresentação foi plotado um mapa das favelas do Rio de Janeiro, várias delas dominadas por milícias e pelo tráfico de drogas, seja comando vermelho ou outros, que, quando mostrou esse mapa, as UPP'S são poucas, frente esse mar de áreas em que os serviços essenciais não conseguem entrar. Então, a Light conseguiu da agência reguladora uma perda regulatória dentro da tarifa de energia elétrica que lhe desse um certo conforto por atuar em áreas de risco. Então eu tenho muito receio que esse modelo de privatização, onde os mais pobres sofrerão, de que sejam feitos arranjos regulatórios e que os novos compradores tenham condição de jogar para dentro da tarifa preços adicionais por conta de áreas controladas por milícias em que os serviços de saneamento não entram. O custo seria rateado pelos outros consumidores e mostra uma certa dificuldade de mostrar que uma privatização no estado do Rio de Janeiro, especificamente, cumpre os regramentos e os objetivos constitucionais e de inclusão social que a água e o saneamento, por questão de saúde pública, de redução de vetores e preservação da infância e da juventude têm que ser levados em conta. Minhas preocupações, o baixo compromisso histórico do BNDES com o setor de saneamento e o problema de tarifas, sobretudo no Rio de Janeiro, por causa de áreas dominadas por milícias e pelo tráfico. Muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg.** Muito obrigado Tadeu Rocha, sua contribuição está devidamente registrada e anotada para o nosso processo aqui da consulta pública. Seguindo então para a inscrição do Senhor Ary Girota presidente Sindicato de Água e Esgoto do Leste Fluminense, com a palavra por favor acione o áudio e vídeo. **Ary Girota.** Obrigado, primeiro eu quero agradecer a todos os integrantes pela oportunidade de estar falando pelos trabalhadores e como morador de Niterói. Igual ao doutor Thadeu, eu acompanho aqui o progresso e o andamento dos investimentos em Niterói; já foi falado anteriormente sobre o que não aconteceu em 20 anos de privatização em Niterói, mas isso já foi dito. O Guilherme infelizmente se ausentou da sala, então não vai poder me responder como é que faz essa matemática de R\$ 1,02 bilhões arrecadados em 2019 virar R\$ 2 bilhões com a redução do tamanho da CEDAE. Terceiro, eu queria registrar aqui que o Instituto Trata Brasil foi chamado para fazer a abertura da audiência; o Edson Carlos, com quem eu já tive alguns debates públicos muito fraternos, porém incisivos, tem uma narrativa que utiliza em todos os espaços, principalmente quando não tem uma voz destoante da dele. Ao cidadão comum, não importa ser pública ou privada a prestação de serviço, importa que o serviço aconteça. Óbvio que isso soa bem aos ouvidos dos desavisados, mas isso é uma falácia, que



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



um cidadão comum, aquele que hoje está desempregado, aquele que hoje trabalha de maneira precária, ou aquele que vive de salário mínimo, que está aposentado ou é pensionistas do estado do Rio de Janeiro, a este importa sim se o serviço é público ou privado, porque em plena pandemia em que estamos vivendo agora, onde esse processo nem deveria estar acontecendo, a primeira coisa que a Associação Brasileira das Empresas Privadas fez foi ingressar no STF pedindo que a lei aprovada em Santa Catarina, que impediu o corte de água por falta de pagamento, fosse revogada. Então, essa é a lógica do privado, é uma lógica legítima para eles, mas nós, que somos servidores públicos, que somos parte da população, não nos cabe discutir essa lógica, mas a iniciativa privada visa ao lucro e, como falou o procurador que me antecedeu, é um negócio. Ele foi claro, quando ele fala nos espaços de negócio que serão transformados em localidades onde foram feitas as concessões, as divisões de concessão. Então, a fala do subsídio cruzado vem só para azeitar uma narrativa que já disse publicamente que isso é apenas um negócio, e a mercadoria que se torna objeto do negócio é a comercialização de água para população. Quando o serviço permanece público, o serviço é para todos, mas, a partir do momento que ele se tornar privado, ele é para poucos. A Prefeitura do Rio de Janeiro, para além de questionar a maneira como foi concebida a região metropolitana, e eu não tenho problema nenhum de que a região metropolitana exista, deveria questionar como é que vão ser feitos os investimentos nas áreas de comunidade, nas mais de 600 favelas existentes no município do Rio de Janeiro, as quais, onde já está privado o serviço, que é a região da AP5, as comunidades não têm atendimento por parte da empresa privada que presta serviço. Então, esse tipo de questionamento tem que ser feito e a população tem que saber. Para concluir, que eu sei que a fala é muito rápida, agradecendo mais uma vez a oportunidade de estar aqui, o Governo do estado do Rio de Janeiro, e não foi o senhor, doutor Arnaldo, que não sei quando chegou ao governo, mas o Governo do estado do Rio de Janeiro simplesmente tornou a Câmara Metropolitana um instrumento de exercício do seu poder de estado coercitivo. Porque a sociedade civil, incluindo este que vos fala, participou por mais de 4 anos na construção do processo de elaboração da Câmara Metropolitana, participando em vários municípios na sociedade civil organizada. Como representantes, fomos eleitos para integrar a câmara e simplesmente o governo do estado não nos nomeou, preferindo colocar pessoas do seu círculo de relação, do seu círculo de interesses, para decidir o futuro de um estado e de uma região metropolitana como a do Rio de Janeiro, que abarca mais de 9 milhões pessoas. Portanto, todo esse processo de incongruências, de incoerência, de injustiças, nós esperamos que, através dessa primeira reunião, que eu não considero audiência pública porque eu tenho várias reclamações de companheiros que não conseguiram falar, eu agradeço por estar falando, poder ser essa voz, isso passa a ser uma reunião virtual, longe de ser uma audiência pública, que se for uma audiência, que o senhor venha a conduzir, que conduziu com muita habilidade, por uma audiência presencial, com a mesma duração de tempo, mais de quatro horas de reunião, assim, em uma audiência presencial nós possamos fazer um debate mais fraterno, não para corrigir as possíveis incoerência desse projeto, mas para rediscutir que projeto que nós queremos para o estado do Rio de Janeiro, para Região Metropolitana, atrelado a um planejamento de estado do Rio de Janeiro, e não planejamento feito por interesses privados. Muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg.** Mais uma vez, muito obrigado. Passo a palavra para o Guilherme Mendonça que está aqui desde o início dessa audiência pública e foi instituído pelo doutor Guilherme Albuquerque. **Guilherme Mendonça.** Boa tarde, tudo bem, Ary? Em relação aos questionamentos que você colocou, a mim compete responder só alguns pontos. Primeiro, essa questão dos R\$2 bilhões, que o Guilherme Albuquerque mencionou, se referem a receita da CEDAE e não exatamente ao lucro projetado. Então são R\$ 2 bilhões de receita projetada para CEDAE fazer a operação que a gente está chamando de *upstream*. Segundo, em relação ao que você mencionou da AP-5, realmente o contrato tinha uma ressalva com relação às áreas



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



irregulares. Com contrato que a Prefeitura fez, continuava a cargo dela, mas estamos buscando aprimorar nesse modelo de contrato de concessão regionalizada, então nessas regiões também haverá operação dos concessionários. O Guilherme apresentou, no início, investimentos mínimos obrigatórios de R\$1,8 bilhão nessas áreas irregulares do município do Rio de Janeiro, portanto há essa previsão de investimentos no setor e nessas regiões. Então, essas regiões não serão desassistidas pelo projeto ou abandonadas pela futura operação, serão fontes de investimentos e fontes de melhorias para atender a população que, sabemos, hoje, é bastante desassistida, que é carente de investimentos por isso queremos superar essa realidade atual. Acho que eram esses pontos que eu gostaria de comentar. **Arnaldo Goldemberg**. Agradeço a todos os presentes e destaco o sucesso e a produtividade desta sessão. Ainda há um participante que pediu a palavra, já que estamos no horário de funcionamento da audiência pública vou conceder a palavra. **Emanuel Alencar**. Oi, pessoal. Boa tarde. É um prazer falar com vocês, agradecer essa oportunidade, sou jornalista e trabalho no Museu do Amanhã, venho cobrindo a área de saneamento no estado do Rio de Janeiro já há algum tempo e gostaria de fazer uma pergunta, de modo que a não nos estendermos muito. Há um movimento de que alguns municípios previstos no bloco de 42 cidades que não teriam aprovado ainda em seus parlamentos a possibilidade de o Governo do estado fazer a concessão dos serviços, ou seja, é preciso, ainda, que esses municípios aprove em suas câmaras municipais a possibilidade de transferir para o estado a qualidade de Poder Concedente. A minha pergunta é, diante desse cenário, vocês já trabalham com a repactuação, com uma nova possibilidade de fazer os blocos, ou vocês aguardarão mais municípios aprovarem essas leis? Parece-me que há que se entender como é que o diálogo com estes municípios será desenvolvido, pois ainda há municípios que não estão plenamente convencidos de que essa é a melhor forma, de modo que podem, por conta própria, quer, por exemplo, fazer a concessão ou assumir, autonomamente, os serviços. Muito obrigado. **Guilherme Mendonça**. Começando a responder a sua pergunta, a princípio, trabalhamos com a inclusão de todos os municípios, então ainda não há nenhuma reformulação. Sabemos que esse trabalho de adesão dos municípios é um trabalho a ser executado pelo estado, então o BNDES apoia o estado nesse processo participando de reuniões com os prefeitos e os vereadores para apresentar o projeto, junto com o estado, mas o trabalho de adesão de municípios é um trabalho feito pelo estado. Hoje, não trabalhamos com uma mudança ou reformulação, entendemos que ainda há tempo hábil para os municípios aderirem ao projeto, ainda estamos na fase de consulta pública, que foi prorrogada por mais 30 dias, logo durará até o início de agosto. Assim, entendemos que ainda é possível sim a adesão desses municípios que ainda não fizeram os trâmites necessários para a sua inclusão no projeto. Mas, é evidente que, em algum momento, haverá uma decisão, uma data limite para que os municípios façam a adesão, e, não havendo, teremos que fazer uma revisão dessas divisões em bloco para realocar em uma definição clara e final sobre qual será a composição dos blocos, mas, hoje, a gente trabalha com 64 municípios. **Arnaldo Goldemberg** Passou a palavra para o Ary Girota, sua terceira inscrição. **Ary Girota**. Aproveitando a fala e a resposta do Guilherme Mendonça, eu quero esclarecer para os prefeitos e vereadores que nos assistem que a chantagem promovida pelo Poder Executivo Estadual ao enviar um e-mail público dizendo que, se não aderir, seria uma opção não muito boa. É dessa forma que, lamentavelmente, testemunhamos o Governo do estado agir, de modo que a maneira como foi feito o envio de um e-mail para cada prefeitura determinando que eles aprovassem uma lei que autorizasse o Governo do estado a celebrar um contrato de concessão da CEDAE, sob pena, de, não fazendo, ele tirarem a CEDAE do município, demonstra muito, fala muito mais de quem fez essa proposta e conduz este processo de concessão, do que de quem trabalha ou de quem precisa dos serviços. Estou falando de um documento que temos em mãos, a certeza da impunidade é a pior coisa que existe no estado brasileiro, mas está acabando. Então, eu quero deixar claro aos Prefeitos e aos vereadores que



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – PROJETO DE
UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SANEAMENTO BÁSICO



aqueles que aceitarem, pessoalmente, aqueles do interior, e se submeterem ao chicote do estado estarão privatizando de fato água no seu município, porque os exemplos que nós temos nacionalmente é de que a iniciativa privada busca o seu interesse privado de lucro. A CEDAE continua prestando serviço e inclusive socorrendo municípios do Rio de Janeiro onde a iniciativa privada tem deixado a desejar. Quero dizer mais uma coisa, o Governo do estado não pode romper o contrato unilateralmente com os municípios, como é afirmado no e-mail enviado pelo Poder Executivo. Nesse sentido, aqueles prefeitos e vereadores e aqueles munícipes que elegeram essas pessoas podem contar com a boa prestação de serviço da CEDAE e dos seus trabalhadores. Se o governo achar que não vai prestar o serviço, porque nós prestamos esse serviço de qualquer maneira, porque somos servidores públicos, estamos aqui para atender vocês. O limite da iniciativa privada é a porta de entrada e não há órgão regulador que controle isso. Isso é fato comprovado, vocês podem até botar no papel, que aceita tudo, inclusive as estatísticas que foram produzidas e que não foram dadas respostas com relação aos números. Mas o fato concreto é que a iniciativa privada está lutando, o que é legítimo da parte deles, mas nós estamos combatendo, porque o nosso interesse é coletivo. Por que a iniciativa privada não atenderá aos municípios que não tem nenhum tipo de atendimento? Por que eles não vão lá fazer a sua boa ação aos mais de 3 mil municípios Brasil afora que não têm nenhum atendimento? Tem um senhor aqui que veio defender que a CEDAE e que o estado do Rio é uma vergonha. A CEDAE depois que foi implementada, ressalvadas todas as dificuldades e contradições, que tem que ser corrigidas, acabou com a questão da mortalidade infantil por doenças de veiculação hídrica. Então, ao invés de defender a saída da CEDAE, defendam uma prestação adequada dos serviços. Exijam que a AGENERSA, o TCE e o Ministério Público cobrem e responsabilize o CPF de quem tem que ter responsabilizado, mas não terminem com um serviço que atende a todos, independente de poder pagar ou não poder pagar. Arnaldo mais uma vez agradeço a sua consideração e quis deixar esse registro de que essa foi uma oportunidade ímpar. Os prefeitos precisam saber que não podem se submeter a chantagem de um poder que não deveria ser exercido da maneira que tem sido. Muito obrigado. **Arnaldo Goldemberg**. Estamos aqui encerrando essa sessão pública, essa audiência pública. Eu agradeço a todos os presentes e destaco o sucesso desta audiência pública que foi muito produtiva e colheu as contribuições, sugestões e manifestações, além de, certamente, ter esclarecido as dúvidas de todos os participantes que trouxeram suas perguntas. Esta audiência pública, neste exato momento, registra a duração de 6h15min, encerrada antecipadamente, visto que não há mais nenhuma inscrição registrada para fazer o uso da palavra. Houve aqui o aperfeiçoamento da licitação e da concorrência Internacional. Declaro encerrada a primeira audiência pública, salientando que a segunda ocorrerá no dia 6 de julho de 2020, com início às 10 horas. A terceira, em 4 de agosto de 2020, também com início às 10 horas. Muito obrigado a todos e nos veremos na próxima audiência pública. Boa tarde a todos. Encerrados os trabalhos às 16h20min.